

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATHALIA GERIBELO RODRIGUES

**A Política Externa de Vladimir Putin: A Cooperação Energética sino-russa
como instrumento de poder e influência na região da Eurásia**

Sant'Ana do Livramento

2022

NATHALIA GERIBELO RODRIGUES

**A Política Externa de Vladimir Putin: A Cooperação Energética sino-russa
como instrumento de poder e influência na região da Eurásia**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Flávio Augusto Lira
Nascimento

Sant'Ana do Livramento

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R696p Rodrigues, Nathalia Geribelo
A Política Externa de Vladimir Putin: A Cooperação
Energética sino-russa como instrumento de poder e influência
na região da Eurásia. / Nathalia Geribelo Rodrigues.
81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.
"Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento".

1. Política Externa. 2. Vladimir Putin. 3. Cooperação sino-
russa. 4. Recursos Energéticos. I. Título.

NATHALIA GERIBELO RODRIGUES

**A Política Externa de Vladimir Putin: A Cooperação Energética Sino-Russa
como Instrumento de Poder e Influência na Região da Eurásia**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 março 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Renato José da Costa
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Anna Carletti
UNIPAMPA

*Aos meus pais, com todo meu amor, por
me permitirem vivenciar o mundo através
da educação.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosana, pelos privilégios a mim dado, os quais não tive a oportunidade de ter. És minha maior fonte de inspiração. Serei eternamente grata por todos os sacrifícios feitos para que o meu sonho pudesse ser realizado.

Ao meu pai, Marcos, por não medir esforços para me ver feliz. Obrigada por ser minha maior fonte de incentivo, sempre me mostrando que o conhecimento e educação é nossa maior riqueza.

À minha avó, Odila, pelo amor incondicional e pelas lembranças dos chocolates quentes nas manhãs frias de inverno, que aqueciam o meu coração quando a saudade resolvia aparecer.

A todos os meus professores da graduação, por todo conhecimento compartilhado ao longo do curso, que de alguma forma ou de outra, contribuíram para a realização desse trabalho e, principalmente, por lutarem para que a academia seja um lugar para todos. Meus mais sinceros agradecimentos.

Ao meu Orientador, Flávio Lira, por ser exemplo admirável de profissional e ser humano, por jamais deixar de nos instigar e por sempre nos incentivar a pensar fora da bolha. Obrigada por todo apoio e compreensão que esses longos meses de pesquisa, em meio a uma pandemia, levaram. Serei eternamente grata.

Ao João Pedro, pelas inúmeras vezes em que acreditou em mim, quando eu mesma duvidei. Obrigada por toda parceria e cumplicidade que sempre tivemos, teu incentivo e apoio foram fundamentais durante todo o processo solitário que é a escrita. Acima de tudo, obrigada por dividir essa loucura que chamamos de vida junto comigo e nossos filhos de quatro patas e por tudo aquilo que construímos (e construiremos) juntos, és o melhor presente que poderia ganhar nesses últimos anos. Serei, com todo meu coração, eternamente grata. Te amo e amo tudo que somos um para o outro. "That's what she said".

Às amigas Gabrielle Mikki, Ellen Passos, Esther Sharapin, Cibelle da Motta e Mariana Thurow, por terem feito os anos pré-pandemia os mais divertidos e suportáveis de toda graduação, meus sinceros agradecimentos. Em especial, aos amigos Beatriz e Luiz, com quem pude dividir as alegrias e as dores. Obrigada por terem sido meu

suporte e minha família longe de casa durante esses quatro anos, vocês são o maior presente que a graduação me proporcionou. Serei eternamente grata por todo amor e apoio recebido ao longo desses anos.

À Fabiane, Jeferson e Julia, pelo apoio e acolhimento no momento mais importante da minha graduação. Obrigada por todo carinho com que sempre fui recebida.

Por fim, à Universidade Federal do Pampa, por proporcionar aos seus alunos um ensino público, gratuito e, acima de tudo, de qualidade. Por ser símbolo de resistência em meio as várias tentativas, que eu torço para serem sempre falhas, de sucateamento. Por lutar, através da educação, por um mundo mais justo e igualitário. Meus mais sinceros agradecimentos por me proporcionarem os anos mais felizes da minha vida.

*“Eu não quero viver assim, mastigar
desilusão
Este abismo social requer atenção [...]
Meninos mimados não podem reger a
nação”.*

Criolo.

RESUMO

A pesquisa visa realizar uma análise acerca da política externa da Federação Russa após a dissolução da União Soviética (1991), elaborada por Vladimir Putin e de que forma Moscou utiliza a Cooperação Energética sino-russa, assim como os recursos energéticos (petróleo e gás natural) no âmbito da política externa do país, sob a ótica da nova configuração da política internacional, que surge após o fim da Guerra Fria. Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa concentra-se na análise do uso dos recursos energéticos em termos de política externa. Sugere-se como hipótese, a instrumentalização do setor energético com a finalidade russa de retomar o seu poder de influência e projetar poder no espaço pós-soviético. Para tal, a metodologia utilizada na pesquisa possui uma abordagem de caráter qualitativo, de método hipotético-dedutivo, com procedimento bibliográfico, documental e histórico e consiste num objetivo de caráter descritivo e explicativo.

Palavras-Chave: Política Externa; Vladimir Putin; Cooperação sino-russa; Recursos Energéticos.

ABSTRACT

That research aims to realize an analysis about the foreign policy from Russian Federation after the Soviet Union dissolution (1991), during the Vladimir Putin administration. Emphasizing the way that Moscow uses the sino-russian Energetic Cooperation, as well as their energetic resources (petroleum and natural gas) on the country external policy context, by the optic from a new International System configuration, made after the Cold War end. In that sense, the research key objective is to focus the analyses on how the energetic resources were used in foreign policy terms. That means, as hypothesis, the Russian's instrumentalization from the energetic sector, using it to take back the influence and project power in post-soviet area. For that, the research has a qualitative approach, using the hypothetic-deductive method, with a bibliographical, documental, and historical procedure, consisting of an objective with descriptive and explicative character.

Keywords: foreign policy; Vladimir Putin; sino-russian cooperation; energetic resources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gasodutos russos no Leste da Europa	54
--	----

LISTA DE SIGLAS

- APC – Acordo de Parceria e Cooperação
- BRICS – Brasil, Índia, China e África do Sul
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CSONU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
- EUA – Estados Unidos da América
- G20 – Grupo dos Vinte
- GWT – Guerra Global Contra o Terrorismo
- IEA – Agência Internacional de Energia
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- NTI – Nuclear Threat Initiative
- OCX – Organização para a Cooperação de Xangai
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- PIB – Produto Interno Bruto
- PpP – Parceria para a Paz
- RPC – República Popular da China
- SI – Sistema Internacional
- UE – União Europeia
- UEE – União Econômica Eurasiática
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	19
1.1 <i>Realismo Estrutural</i>	19
1.2 <i>Segurança Energética</i>	24
1.3 <i>Geopolítica Energética</i>	29
2. GORBACHEV E O FIM DA URSS AO PERÍODO IÉLTSIN	31
2.1 <i>De Gorbachev ao fim da URSS</i>	31
2.2 <i>A primeira década pós-Guerra Fria: o período Iéltsin</i>	34
3. A ERA PUTIN	40
3.1 <i>Um Novo Cenário: A Política Externa da Federação Russa Durante a Administração Putin (2000-2008)</i>	40
3.2 <i>A Política Externa da Federação Russa de 2012 a 2020</i>	50
3.3 <i>A Segurança Energética da Federação Russa</i>	52
4. A PARCERIA ESTRATÉGICA COM A CHINA	57
4.1 <i>Uma breve análise das relações sino-russa no pós-Guerra Fria</i>	57
4.2 <i>A Cooperação Energética sino-russa</i>	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa realizar uma análise acerca da política externa da Federação Russa, elaborada por Vladimir Putin após a dissolução da União Soviética (1991) e de que forma Moscou utiliza a Cooperação Energética sino-russa, assim como os recursos energéticos (petróleo e gás natural) no âmbito da política externa do país, sob a ótica da nova configuração da política internacional, que surge após o fim da Guerra Fria.

Nesse sentido, com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ocorre uma nova distribuição de poder, onde os Estados Unidos emergem como superpotência vencedora. No entanto, a hegemonia norte-americana é caracterizada por tornar-se unipolar e unilateral, marcando os anos subsequentes à queda da URSS pela imposição no sistema internacional do modelo econômico, valores políticos e valores culturais dos norte-americanos. Nesse contexto, foi estabelecida uma nova ordem mundial guiada pelo capitalismo e pela democracia liberal, considerada por alguns como a oportunidade de alcançar uma paz duradoura e estabilidade mundial sob o controle dos EUA e levando seus valores universais aos demais países do sistema. Contudo, a busca incessante por poder e pela ampliação de influência no mundo parte dos EUA, acabou gerando instabilidades sob a ótica política e econômica.

A partir do início do século XXI ocorrem mudanças significativas referentes ao eixo de produção global, principalmente devido a queda da hegemonia norte-americana e pela ascensão de novos polos de produção oriundos do sul global, como a China e a Índia. Dessa forma, ao passo que ocorre a transição econômica e de poder, a Rússia, de modo a garantir sua sobrevivência e integridade territorial, junto de potências emergentes como a China, buscam consolidar seus espaços de potência no cenário internacional, visando um sistema multipolar sem que seus interesses sejam ameaçados.

Desde antes da União Soviética, a Rússia se caracteriza como um importante polo de poder no cenário internacional. Segundo Kissinger (2012), a Federação Russa permaneceu, ao longo das décadas, como um ator de grande relevância para o Sistema Internacional, apesar do seu protagonismo se diferenciar do período referente ao da Guerra Fria. Vista, por muitas vezes, pelos países ocidentais como uma ameaça,

se torna evidente a importância da atuação russa na ordem do Sistema Internacional. A URSS se caracterizou, durante as décadas 1960 e 1970, como um importante exportador de recursos energéticos, como o gás natural e o petróleo (GARCIA, 2010). Desde então, os recursos energéticos passaram a desempenhar um papel significativo na consolidação da Rússia no cenário internacional, sobretudo após a posse de Vladimir Putin.

A República Popular da China, por sua vez, possui grande relevância no cenário regional, e, por se tratar de um ator importante no sistema internacional, passou a despertar o interesse no âmbito da política externa da Rússia. Apesar do histórico de conflitos nas relações entre ambos, Pequim e Moscou apresentam a possibilidade de uma nova parceria no cenário geoestratégico, desafiando a antiga ordem do sistema internacional centrado no unilateralismo norte-americano, assim como a disputa pela influência na região da Eurásia.

As exportações energéticas proporcionaram a obtenção de recursos econômicos à Rússia e investimentos realizados por parte de empresas da área energética no país. Estas, por sua vez, acabaram contribuindo para a reestabilização interna nos anos 1990 e para a atuação russa no cenário regional. É importante ressaltar que, além do destaque que a Federação Russa possui no âmbito energético, ela se destaca ainda, por sua capacidade militar e nuclear, dispondo do segundo maior arsenal convencional e nuclear do mundo de acordo com dados da NTI (2018), por sua posição política internacional (realizada por meio do Conselho de Segurança da ONU), além da sua localização geoestratégica, entre Europa e Ásia. Nesse sentido, a Federação Russa é considerada como uma superpotência energética, utilizando esses recursos como meios para exercer influência no cenário internacional.

As tendências do Sistema Internacional passaram a sofrer mudanças no decorrer dos anos, principalmente em relação às transições hegemônicas voltadas para o Oriente, dando destaque para Moscou e Pequim. No que se refere à República Popular da China (RPC), esta desempenha um papel fundamental no contexto regional e, ao longo dos anos, vem ganhando cada vez mais relevância na agenda da política externa russa. A política externa chinesa procurou fortalecer suas relações com a URSS e outros países socialistas após a instituição da República Popular da China, em 1949 (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011). Através do *“Lean to one side”*, proclamado por Mao TséTung, a China estabelecia seu comprometimento com o bloco soviético.

A relação de aliados era natural e positiva para ambos os lados. Para a China, a relação amistosa com a URSS era favorável, tendo em vista a imagem que o bloco soviético representava no cenário internacional como referência do movimento socialista. Da perspectiva soviética, era interessante apoiar a emergência de um partido comunista, uma vez que a relação entre os Estados contribuía para a expansão do sistema político socialista (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011). Nesse cenário, foi assinado, em 1950, o Tratado de Amizade, Aliança e Cooperação Mútua, pelos líderes Mao Tsé-Tung e Stalin.

Sob uma perspectiva econômica, a China, no período revolucionário, apresentava uma extensa população e as forças de trabalho dispunham de um nível de desenvolvimento reduzido, assim como havia escassez de novas terras produtivas para o avanço da fronteira agrícola (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011, p. 197). Alguns problemas surgiram em decorrência da dissonância existente entre o aumento populacional e a insuficiência de mantimentos. Em consequência disso, a relação da China com a URSS se tornou indispensável, principalmente no decorrer da década de 1950, uma vez que o bloco soviético fornecia empréstimos que auxiliavam o desenvolvimento da indústria chinesa.

No entanto, ao longo das décadas subsequentes, as relações entre Pequim e Moscou foram marcadas por momentos de divergências nos âmbitos políticos e ideológicos, além de contínuos distanciamentos motivados, em sua maioria, pelos conflitos referentes às questões fronteiriças. A retomada das parcerias nos âmbitos políticos, militares e comerciais ficaram suspensas até o fim dos anos 1980 (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011).

Embora a reaproximação tenha ocorrido após um difícil contexto de disputas, as duas potências passaram estabelecer parcerias nos âmbitos econômicos e geopolíticos. Desse modo, a cooperação sino-russa surge diante da intensificação do processo "Turn to the East", onde Moscou direciona-se para a Ásia (LUKIN, 2019). Após o fim da Guerra-Fria, Rússia e China buscaram desenvolver suas relações a partir do estabelecimento de uma influência conjunta na região da Ásia Central surgindo, assim, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), um bloco de integração regional que tem por finalidade garantir a estabilidade da região, além da tentativa de frear a influência estadunidense na Ásia Central. O interesse russo no país asiático ocorre, entre diversas outras razões, devido ao fato da China ser considerada a segunda maior economia mundial (FUNAG, 2018; PORTILLO, 2018).

Além disso, a China é um dos mais importantes consumidores e importadores energéticos da Rússia, como apresenta Albuquerque,

Atualmente, a China é o principal parceiro comercial da Rússia, ocupa o primeiro lugar no ranking de origem das importações (com 20%), seguido 9 por Alemanha (12%) e Bielorrússia (5,7%); e também é o principal destino dos produtos russos – sendo responsável por 11% das exportações (OEC). (ALBUQUERQUE, 2019, p. 80)

A Rússia, por sua vez, representa uma das três maiores economias produtoras e exportadoras de energia, e demanda por investimentos que visem o fortalecimento das infraestruturas energéticas. A cooperação energética sino-russa compreende o comércio de recursos energéticos, investimentos no campo em questão, o desenvolvimento de infraestruturas, trocas de tecnologia, além de projetos energéticos nucleares, o que torna evidente a importância da cooperação, tanto para Pequim quanto para Moscou.

A China e a Rússia, após sua ascensão, passaram a configurar-se como novos e importantes players globais. No entanto, essa nova configuração trouxe uma série de desafios e dilemas, principalmente em relação ao desenvolvimento nacional e da inserção no cenário internacional dos Estados em questão. Apesar das décadas de desconfiança existentes nas relações entre ambos os países, provocado em grande parte pelos conflitos políticos e ideológicos e pela aproximação em diversas nuances com os Estados Unidos, a China e a Rússia mostram a existência de novas perspectivas no âmbito das parcerias estratégicas desafiando, portanto, o cenário de unilateralismo norte-americano, e conseqüentemente, a disputa pela intensificação de projeção de poder na região eurasiática.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise acerca da política externa realizada por Putin e da importância que os recursos energéticos configuram para o país. Sendo assim, o problema que norteia a pesquisa é de que forma os recursos energéticos russos e a cooperação energética sino-russa são utilizados na política externa de Putin? A hipótese sustentada é a de que, por configurarem um dos principais elementos dos quais a Rússia dispõe e pelo fato de os recursos energéticos serem utilizados como forma de manutenção do status quo russo, a cooperação energética entre Rússia e China é uma importante ferramenta para a projeção de poder de Moscou no sistema internacional devido à utilização do poder geopolítico energético por parte da Rússia.

A metodologia utilizada na pesquisa possui uma abordagem de caráter

qualitativo, de método hipotético-dedutivo, com procedimento bibliográfico, documental e histórico e consiste num objetivo de caráter descritivo e explicativo. Utiliza-se na pesquisa o método hipotético-dedutivo para analisar a pressuposição de que Moscou utiliza o poder geopolítico energético para sua projeção regional e o principal instrumento para tal ocorre através da cooperação energética com a República Popular da China. A pesquisa dispõe de uma abordagem qualitativa, tendo em vista que “a abordagem qualitativa opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 33).” Isto possibilita que a coleta de dados seja feita a partir de procedimento documental e bibliográfico, uma vez que faz uso de documentos fontes primárias, como sites oficiais dos governos russo e chinês, e fontes secundárias como de livros e artigos científicos acerca do assunto. Para atender aos objetivos do estudo, tem-se uma pesquisa descritiva e explicativa, uma vez que a finalidade do trabalho é proporcionar um maior conhecimento acerca da utilização dos recursos energéticos na política externa do governo Putin (2012-2020) e da cooperação energética sino-russa, buscou-se realizar uma abordagem minimamente vinculada à literatura ocidental, que em muito influência as academias brasileiras.

Nesse sentido, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, além da introdução. O primeiro capítulo abordará os conceitos da corrente teórica do Realismo Estrutural desenvolvida por Kenneth Waltz, assim como os conceitos de Segurança Energética e Geopolítica Estratégica, utilizadas a fim de explicar o objeto de tema e corroborar a hipótese. O segundo capítulo é subdividido em duas seções acerca da administração Gorbachev e do período Léltsin. Assim, busca-se analisar na primeira seção as políticas da *perestroika* e *glasnost* realizadas ainda durante o período Gorbachev, visando compreender a queda da URSS impulsionadas por estas. Faz-se ainda, uma breve análise dos processos de reorganização internas realizados por Léltsin no período de transição da ordem do sistema. O terceiro capítulo tem como escopo analisar a visão estratégica da política externa da Federação Russa a partir do primeiro mandato (2000) de Vladimir Putin, observando as transformações realizadas em cada fase dos seus governos, assim como analisar a segurança energética do país. O quarto capítulo tem como objetivo apresentar, inicialmente, um breve histórico das relações entre a República Popular da China e a Federação Russa, e em seguida a cooperação bilateral no setor energético. Por fim, as considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O presente capítulo irá abordar os conceitos da corrente teórica do Realismo Estrutural desenvolvida por Kenneth Waltz, e para tanto, possui foco na explicação estrutural que o autor confere para a polaridade e a estabilidade do Sistema Internacional (SI). A escolha da teoria está relacionada ao fato de o Realismo Estrutural ter se tornado uma das mais relevantes correntes do pensamento teórico das Relações Internacionais. Ainda, a explicação acerca da estrutura do sistema dada por Waltz está diretamente relacionada à compreensão do sistema como um todo no campo das RI.

Aliadas à teoria neorrealista, serão utilizados os conceitos de Segurança Energética e Geopolítica Estratégica. Os principais motivos que levaram a escolha destes conceitos relacionam-se com a importância destes para compreender o comportamento da Rússia, assim como os desdobramentos resultantes deste, no cenário internacional no século atual. A primeira parte do capítulo consiste em apresentar a teoria neorrealista e as concepções em relação à estrutura do sistema contidas em Waltz. Posteriormente, discorre-se sobre o conceito de Segurança Energética e a sua importância para a segurança nacional dos Estados. E, por fim, será apresentado o conceito de geopolítica energética e as particularidades e contribuições dessa área de conhecimento para compreender a sua importância no contexto de comercialização dos recursos energéticos.

1.1 Realismo Estrutural

O realismo estrutural, ou neorrealismo, é uma corrente teórica das relações internacionais desenvolvida por Kenneth Waltz, principalmente em sua obra *Theory of International Politics*, publicada em 1979. Waltz busca enfatizar a necessidade que há em construir teorias sistêmicas em relação à política internacional que não se limitem ao reducionismo e que sejam capazes de analisar de que modo opera o sistema internacional. Dessa forma, o autor considera que o sistema é composto por estruturas e unidades que se relacionam e interagem entre si. Sendo assim, as observações feitas a respeito da estrutura do sistema não devem levar em consideração as particularidades que constituem as unidades, assim como as especificidades do

comportamento e interação entre as unidades (WALTZ, 2002).

A corrente teórica do neorealismo parte do pressuposto de que os Estados são atores racionais. Nesse sentido, a estrutura do sistema internacional é considerada anárquica e, por isto, os atores são forçados a pensar em sua sobrevivência e procuram atingir o equilíbrio de poder através de ações estratégicas (WALTZ, 2000). No neorealismo, o que determina as ações e decisões tomadas pelo Estado tem origem na estrutura sistêmica, ao passo que organizações e regimes internacionais não possuem a mesma autonomia e relevância no sistema internacional, visto que são criados pelo próprio Estado. Dessa forma, a preocupação do Estado está centrada nos ganhos relativos, deixando explícito a competitividade presente nas relações entre os Estados no âmbito do sistema internacional.

Waltz sugere, no que se refere às concepções de estrutura, que um sistema internacional sempre será constituído por uma estrutura:

Uma estrutura é definida pelo arranjo das suas partes. Somente mudanças de arranjo são mudanças estruturais. Um sistema é composto por uma estrutura e por partes que interagem. Tanto a estrutura, quanto as partes são conceitos, relacionados, mas não idênticos, aos atores e agências reais. A estrutura não é algo que enxergamos. [...] Uma vez que a estrutura é uma abstração, esta não pode ser definida através da enumeração das características reais do sistema. Deve, ao contrário, ser definida pelo arranjo das partes do sistema e pelo princípio desse arranjo. (WALTZ, 1979 p.80, tradução nossa)

Com base nas considerações feitas pelo autor, a estrutura política é constituída a partir de três níveis: o princípio ordenador do sistema, sendo a anarquia – a qual rege a ordem do sistema internacional- ou a hierarquia -presentes nos sistemas políticos internos- que consiste na ausência ou presença de um elemento centralizador, respectivamente. Nesse sentido, o sistema internacional possui um caráter involuntário, de maneira que, após determinados, os Estados não possuem mais domínio sobre ele e são forçados a agir de acordo com a ordem do sistema. Sendo assim, os Estados operam em um sistema de auto-ajuda. Ou seja, por existirem em um sistema anárquico, onde não há presença de uma autoridade para assegurar que as regras sejam cumpridas e por não possuírem garantia de segurança, os Estados buscam garantir seus próprios interesses. Comportam-se, portanto, de maneira egoísta, com foco apenas na segurança do seu território, uma vez que apenas eles são responsáveis por garantir a própria sobrevivência (NOGUEIRA;

MESSARI, 2005).

O segundo pilar é em relação ao caráter das unidades, ou seja, diz respeito aos níveis de semelhança entre as unidades e as funções que estas devem exercer. Os Estados correspondem às unidades do sistema político no âmbito internacional e não divergem em relação às suas funções. Embora existam diferenças no tocante a território, população, recursos, entre outros, eles se assemelham por configurarem unidades políticas autônomas (DUARTE, 2011). Dessa forma, possuem semelhanças quanto às suas funções e deveres, o que não significa que possuem as mesmas capacidades ao desempenhar tais funções. É importante ressaltar que, apesar de existirem outros atores no sistema internacional, os Estados são considerados os mais relevantes e aqueles cujo possuem a capacidade de determinar a estrutura do sistema.

Por fim, o último pilar refere-se às distribuições das capacidades, que está ligada à quantidade de potências existentes no sistema que ocorre devido a distribuição de poder entre as unidades. Segundo Waltz, essa característica diz respeito à estrutura do sistema e não às unidades. Sendo assim, por configurar um conceito sistêmico, qualquer alteração na distribuição das capacidades pode causar uma mudança na estrutura.

O autor entende que a estrutura do sistema influi nas ações das unidades, porém a estrutura não será sempre um fator condicionador para o comportamento destas unidades, pontuando ao longo da obra a existência de outras causas. Nesse sentido, Waltz considera que “uma abordagem sistêmica é necessária somente se a estrutura do sistema e suas unidades que interagem se afetam mutuamente. Uma abordagem sistêmica tem sucesso somente se os efeitos estruturais são claramente definidos e evidenciados” (1979, p. 58). Isto é, a estrutura pode existir e ainda assim não ter seus efeitos manifestados.

Waltz considera que as relações entre os Estados, na política internacional, são caracterizadas por um estado natural de guerra. Isto porque, se um Estado decidir utilizar o uso da força contra outro Estado, há uma grande possibilidade de ocorrer uma guerra. Nesse sentido, uma das mais relevantes diferenças entre o sistema interno e o sistema internacional não está presente necessariamente no uso da força,

mas sim pelo fato de o sistema internacional configurar um sistema de autoajuda. Por ser uma imposição estabelecida pela estrutura anárquica, ela força o comportamento dos Estados. A influência que a estrutura causa nos Estados está presente, por exemplo, na limitação à cooperação entre esses atores. Devido ao fato de as unidades atuarem em um sistema de autoajuda, estas concentram seus interesses na própria sobrevivência e buscam evitar beneficiar os outros Estados mais do que elas mesmas. Ainda, buscam posições com um nível mais elevado de independência, em detrimento de dependências em relação a outros Estados (WALTZ, 2002).

Diferentemente das considerações presentes no realismo clássico, Waltz entende que a política internacional é estabelecida a partir dos constrangimentos da estrutura. Nesse sentido, a estrutura do sistema gera comportamentos nas unidades que causam efeitos inesperados. Embora não seja do interesse dos Estados viver sob um ambiente hostil, há a necessidade de garantir que a sua sobrevivência seja preservada.

A partir das considerações feitas pelo autor acerca da concepção da estrutura do sistema, é importante compreender a estrutura da polaridade do sistema internacional. Uma das considerações mais relevantes feitas pelo autor acerca da polaridade é de que sistemas de caráter bipolar apresentam mais estabilidade do que sistemas multipolares, uma vez que as probabilidades de conflitos entre as unidades diminuem. Waltz fundamenta a afirmação a partir de três pontos.

O primeiro ponto levantado pelo autor considera que, em um sistema bipolar, as duas unidades que dispõem de maior poder compreendem que apenas a outra unidade mais forte representa uma ameaça ao seu poder. Em contrapartida, em um sistema multipolar, definir qual unidade possui um grau mais elevado de poder torna-se mais complexo, isto porque as demais unidades podem obter ganhos expressivos e não representarem uma ameaça para estas unidades. Sendo assim, uma conjuntura como a citada acima não seria constatada em um sistema bipolar, visto que os dois Estados cujo poder fosse mais significativo estariam em vigilância uma em relação a outra.

O segundo ponto apresentado por Waltz relaciona-se com o primeiro. Nesse sentido torna-se necessário que, em um sistema bipolar, as unidades que possuem

maior nível de poder entendam que são responsáveis pela manutenção da paz de forma equivalente. Isto porque, embora o Estado que configure uma ameaça seja contido e essa derrota represente um “bem comum” ao sistema como um todo, cada Estado sentirá os danos em seu território de uma maneira diferente. Já em um sistema multipolar, como argumenta Waltz, o bem coletivo se torna um objetivo posto em segundo plano, visto que muitos Estados optarão por alinhar-se com uma das potências (*bandwagon*) visando não a maximização do seu poder, mas a fim de garantir a defesa interna,

Não esperamos que o mais forte se junte com o mais forte para aumentar seus poderes sobre os outros, mas sim procurar aliados que o poderão ajudar a manter sua hegemonia. Na anarquia, a segurança é a finalidade. Apenas se a sobrevivência desses Estados for assegurada, será possível procurar por outras metas como tranquilidade e poder. A meta principal encorajada pelo Sistema Internacional é a procura por segurança. (WALTZ, 1979, p. 126)

Por fim, o terceiro ponto refere-se a um dos grandes debates da área das Relações Internacionais: as dinâmicas sistêmicas importantes. Nesse sentido, Waltz defende que, em um sistema bipolar, os Estados potências não se sentiriam obrigados a cooperar, ou formar alianças, em razão das capacidades suficientes das quais eles dispõem oriundas do seu “balanceamento interno”,

Eles se equilibram por meios "internos" em vez de "externos", confiando em suas próprias capacidades em vez das capacidades de aliados. O balanceamento interno é mais confiável e preciso do que o equilíbrio externo. Os Estados têm menos probabilidade de julgar mal suas forças relativas do que julgar mal a força e a confiabilidade das coalizões opostas. Em vez de tornar os Estados devidamente cautelosos e encaminhar as chances de paz, a incerteza e o erro de cálculo causam guerras. (WALTZ, 1979, p. 168)

Em contraponto, em um sistema multipolar, os Estados passam a depender uns dos outros, uma vez que não conseguem defender seus interesses sozinhos, sendo necessária a formação de alianças com os demais. Isto resulta, portanto, em responsabilidades de um Estado para com outro, como a participação em conflitos, e não pelos interesses nacionais do próprio país, mas sim devido a sua segurança que, indiretamente, coloca-se em jogo em uma possível perda do aliado.

Nesse sentido, a teoria do equilíbrio de poder tem o intuito de explicar o fenômeno da balança de poder que ocorre no sistema internacional. A teoria não busca levantar uma discussão acerca da manutenção, ou não, do equilíbrio no sistema, mas sim entender que, por mais que ele tenha sofrido alguma alteração, ele será restabelecido, independentemente de qual forma. Isso devido ao fato do estímulo

provocado pelo sistema nos Estados de buscarem a segurança, levando-os ao equilíbrio. A preocupação central do Estado é, portanto, a preservação da sua posição no sistema, a fim de garantir a própria sobrevivência. De acordo com Waltz,

A teoria da balança de poder é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas acções descoordenadas dos estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica são os constrangimentos que confinam todos os estados. (2002, p. 170)

Apesar das críticas à teoria estrutural desenvolvida por Waltz, a então perspectiva rompe com a corrente teórica do realismo clássico vigente até então. As particularidades do sistema internacional, as preocupações em relação à sobrevivência, a forma como ocorrem as relações de poder em um ambiente anárquico e no qual impera a autoajuda, bem como às tendências ao conflito entre as unidades, passam a ser entendidas a partir das funções dos governantes e indivíduos e não mais sob uma perspectiva da natureza humana. Sendo assim, o sistema internacional passa a ser observado a partir de uma concepção sistêmica, enfatizando que o que determina o comportamento dos Estados é a estrutura do sistema.

1.2 Segurança Energética

O conceito de segurança pode ser observado a partir de três perspectivas no âmbito teórico dos estudos de segurança: a vertente tradicionalista, a vertente crítica e a vertente abrangente (BUZAN, 1997). A perspectiva tradicional da segurança considera o Estado como ator principal e fundamental, que visa constantemente o estabelecimento de alianças, em busca da segurança em comum. Destaca, ainda, o uso da força e os assuntos militares, de modo que, como apresenta Duque (2009, p. 473), “estuda as ameaças à segurança a partir de uma perspectiva objetivista, mesmo quando considera os problemas de percepção por parte dos tomadores de decisão”. A vertente crítica, por sua vez, entende que as ameaças e os objetos de segurança são construídos por meio da sociedade. Nesse sentido, a então vertente acredita que, para definir as ameaças e os objetos de segurança é necessário que seja feita uma interferência na construção social, ou uma naturalização (DUQUE, 2009). Por fim, a vertente abrangente, na qual a Escola de Copenhague está inserida, defende a necessidade de ampliar o conceito de segurança, uma vez que há presença de ameaças que não configuram somente ameaças militares.

Dessa forma, com o intuito de intensificar a segurança nacional, os Estados

passam a fomentar os investimentos no campo militar. No entanto, apesar dos objetivos serem de caráter defensivo, o investimento massivo e o acúmulo de poder no campo militar por parte dos Estados, acaba sendo observado por outros atores como uma ameaça. Como resultado, ocorre o que Booth (2001, p. 23) define como dilema de segurança, assim, “a desconfiança inevitável que se crê caracterizar esse mundo dá origem à realidade e conceito do ‘dilema da segurança’. No âmago do dilema da segurança está a incerteza insolúvel que se crê dominar as relações entre unidades políticas”. Isto é, o investimento excessivo em segurança pode provocar conflitos entre os Estados, uma vez que desperta a insegurança entre estes os atores.

Novas formas de ameaças passaram a surgir com o fim da Guerra Fria, estas por sua vez tornam mais difíceis o enfrentamento através dos meios militares, como propõem a perspectiva de segurança tradicional. Isto deve-se ao fato das constantes mudanças no cenário internacional, que resultaram do surgimento de novas temáticas globais das quais se tinha a necessidade de uma abordagem que fosse além da segurança tradicional (SKVORTSOV, 2019). Apesar disto, os Estados permaneceram investindo no campo da defesa e segurança territorial através dos meios militares.

Nesse sentido, após a dissolução da União Soviética ocorre a necessidade em transformar a questão securitária em uma pauta multidimensional. As pautas foram deliberadas, em 1994 pela ONU e, paralelamente, contou com as contribuições da Escola de Copenhague acerca da segurança que, por sua vez, definiu a ameaça contra a segurança como “uma ameaça existente a um objeto referente que pode ser o Estado ou outro” (SKVORTSOV, 2019, p. 12). Em consequência, verifica-se a inclusão de temas considerados não-tradicionais na agenda de segurança auxiliando, inclusive, a expansão dos estudos sobre o conceito de segurança energética. A área em questão foi gradativamente sendo amplificada, não limitando-se apenas às pautas militares.

A questão militar no campo da segurança perdeu, de certo modo, a importância que possuía anteriormente à inclusão das novas pautas securitárias, como a da segurança energética, por exemplo. Deste modo, uma das principais preocupações que atingem os Estados importadores e exportadores de energia está relacionada, segundo Skvortsov (2019, p.13) “a segurança dos fluxos internacionais e abastecimento de energia”, uma vez que há possibilidade de reflexos negativos,

oriundos de uma eventual crise energética, nos âmbitos políticos, econômicos e sociais (CHERP; JEWELL, 2014).

É importante ressaltar que, em relação à segurança energética, a energia possibilita a produção de eletricidade, auxiliando no abastecimento de transportes e nos chamados complexos industriais, caracterizando-se, portanto, como um bem vital para o desenvolvimento econômico e para a manutenção do poder militar dos países. Nesse sentido, de acordo com dados da Agência Internacional de Energia (AIE), a eletricidade gerada a partir do carvão corresponde a 40%; em relação às energias renováveis, cerca de 23%; o gás natural 22%; e a energia nuclear, cerca de 10% (IEA, s.d.).

A energia nuclear, ainda que presente no campo da produção de eletricidade de alguns países como Suécia, Ucrânia e França, deixou de ser usada com a mesma intensidade com a qual era utilizada antes. Apesar de ser a fonte energética com menor índice de poluentes comparada com as demais citadas, os acontecimentos em Chernobyl e Fukushima demonstraram os riscos que a energia nuclear possui e, por isto, acabam colocando em perigo a segurança dos indivíduos e do meio ambiente. Depois do acidente de Fukushima, por exemplo, a Alemanha solicitou o encerramento das atividades em 8 das 17 centrais nucleares no país, favorecendo o uso da energia eólica (SKVORTSOV, 2019).

Nesse sentido, os países têm optado cada vez mais pelo uso de energias alternativas, em sua maioria devido às influências de políticas ambientais, assim como de desenvolvimento sustentável. De acordo com Skvortsov,

O preço de um módulo solar caiu 99% desde 1976, e 80% desde 2008. [...] aumentar para o dobro o número de painéis solares faz diminuir o preço para um quarto. Um aspecto bastante interessante está no facto de a energia solar ser uma tecnologia e não um combustível. Por isso, com o tempo, a sua eficiência aumenta, enquanto os custos baixam. (2019, p.14)

Se comparado com o carvão e o gás natural, a energia solar é a fonte renovável que possui maior competitividade no que se refere à produção elétrica. Ainda assim, o petróleo possui maior destaque em relação às fontes de energia, predominante no campo de transportes. Sob esse ponto de vista, o petróleo contribui com um volumoso número de combustíveis, sendo a fonte que viabiliza que a troca de bens possa ser realizada através de meios de transporte como carros, caminhões, etc. À vista disso,

o petróleo é um recurso natural cuja capacidade influencia as agendas de segurança energética dos Estados no mundo atual (LUFT; KORIN, 2009).

Os possíveis conflitos gerados, decorrentes das relações de um mundo cada vez mais globalizado, interferem na questão da segurança energética e podem apresentar riscos para os países exportadores e importadores de energia, como apresentado por Booth,

Os Estados vão, naturalmente, continuar a ser importantes centros de poder de decisão, mas o seu raio de acção verdadeiramente independente está cada vez mais circunscrito pela dinâmica da economia global. A história vai seguramente registar que a experiência soviética não foi tanto derrotada no jogo tradicional das acções, como co-optada pelo capitalismo. A globalização está a extrair lentamente a essência da soberania através das fendas da casca de ovo do Estado. (2001, p. 42)

O exposto por Booth poder ser observado na primeira crise petrolífera¹, em 1973, deixando em evidência a dependência das economias mais desenvolvidas em relação a este recurso estratégico (FONSECA, 2011). Estima-se que a crise petrolífera do início da década de 1970 custou aos países dependentes deste recurso cerca de 1.2 mil milhões de dólares (MORAN; RUSSEL, 2009 apud SKVORTSOV, 2019, p. 15). Vale ressaltar, portanto, que a globalização, especificamente a voltada para o setor energético, necessita caminhar lado a lado com a questão da segurança energética.

A fim de atender as demandas solicitadas pela questão energética após as crises petrolíferas, cria-se a Agência Internacional de Energia (AIE), que acabou por definir o conceito de segurança energética como “fornecimento de energia adequado e confiável a preço justo” (AIE, 2001 apud FERNANDES, 2019 p. 79). A AIE entende que dificultar o processo dos fluxos de energia, assim como os preços instáveis, ou pouco competitivos, se torna prejudicial a níveis econômicos e sociais, de modo que,

[...] a mesma instituição acentua a relevância dos investimentos no sector energético, pois, sem os mesmos, podem resultar consequências profundamente negativas, trazendo sérios riscos para a segurança energética a médio e longo prazo, pelo que se criam probabilidades de rutura na capacidade de produção, que, no caso de não conseguir acompanhar as exigências energéticas crescentes, acabará por provocar a subida dos preços no mercado mundial de energia. (SKVORTSOV, 2019, p. 15-16)

¹ Em outubro de 1973, os países do Oriente Médio exportadores de petróleo anunciaram embargos econômicos às nações aliadas de Israel na Guerra do Yom Kipur. Os preços dos barris de petróleo subiram de três para doze dólares em apenas cinco meses de embargo, impactando na demanda dos países industrializados. A segunda fase da crise ocorre em 1979 em decorrência da Revolução Iraniana, impactando também nos preços do petróleo, que chegaram a U\$39,50.

Apesar de todos os estudos e contribuições que foram feitos ao longo dos anos para o campo da segurança energética, ela ainda é considerada uma pauta bastante complexa em relação ao consenso dos conceitos. Por possuir uma análise normativa, a segurança energética causa divergências em relação a sua definição, torando-a uma questão abrangente quanto aos termos teóricos. De acordo com Fonseca (2011, p. 114), “muitos dos autores e especialistas reconhecem que o próprio conceito de segurança energética é abstrato, vago, impreciso e ambíguo, o que impede uma análise consistente e sistemática do tema”.

Desse modo, determinados Estados utilizam a segurança energética como meio de garantir o fornecimento de energia através de parcerias políticas e econômicas, por meios militares, entre outros. Já outros países encontram na segurança energética um meio de intensificar o desenvolvimento da economia interna, ou ao menos visam diminuir as importações, dando prioridade para a produção (SKVORTSOV, 2019). Alguns países são mais dependentes das importações de recursos como o gás natural, outras do petróleo, e vários dependem de ambos os recursos mencionados.

Como já mencionado, o conceito de segurança energética se torna bastante complexo, por um lado devido a sua abrangência e por outro, à falta de consenso entre os especialistas. No entanto, o que de fato se torna importante não é acordar exclusivamente sobre o seu significado, mas sim entender que cada Estado utiliza a segurança energética de acordo com as suas necessidades internas. Países que demandam consumo e importam recursos energéticos preocupam-se com o abastecimento de energia a preços acessíveis. Em contrapartida, países produtores e exportadores destes recursos, como a Rússia, ou os países do Oriente Médio, estão mais preocupados com os preços dos seus recursos no mercado internacional que viabilizem a preservação dos seus modelos econômicos no âmbito interno, assim como buscam por investimentos externos na economia interna. As duas variáveis citadas configuram o que Yergin (2006 apud FONSECA, 2011, p. 119) define como “segurança de abastecimento” e “segurança de demanda”, respectivamente. Sendo assim, a “segurança de demanda” representa um importante aspecto da segurança energética da Federação Russa.

1.3 Geopolítica Energética

A geopolítica configura-se como uma área de conhecimento multidisciplinar que tem como finalidade o estudo acerca das relações entre a geografia e a política. Compreende, ainda, as problemáticas existentes em relação ao uso dos recursos energéticos e do espaço geográfico que visam a conquista do poder político, como também estuda de que forma é utilizado o poder político na conquista, ou manutenção, de novos espaços geográficos. Apesar da geopolítica ser uma área de conhecimento a qual possui teorias e modelos explicativos particulares, ela utiliza-se de características analíticas de outras áreas de estudo como a Geografia, Ciência Política, e até mesmo das Relações Internacionais (OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, a geopolítica energética, segundo Oliveira (2015), consiste na capacidade de planejamento e implementação de estratégias para o desenvolvimento dos setores da economia e da sociedade que necessitam ou estão ligados à produção e exportação de energia. Os recursos energéticos são considerados de extrema importância para o desenvolvimento das atividades produtivas e logísticas atualmente, uma vez que contribuem de maneira significativa para a subsistência da vida na sociedade, sendo utilizados tanto na produção quanto no transporte deste recurso até o uso final transformados em produtos e serviços. De acordo com Oliveira,

[a] Geopolítica de Energia pode ser entendida como a análise do conjunto dos elementos geopolíticos e estratégicos que influenciam a exploração, a infraestrutura, o transporte e o uso final dos recursos energéticos. Esta modalidade de análise leva em consideração a distribuição geográfica das principais reservas de recursos energéticos e dos grandes centros consumidores, ou ainda, dos países exportadores e importadores de certos tipos de recursos energéticos. Considera, ainda, o papel das disputas geopolíticas e estratégicas entre os Estados importadores e os exportadores de recursos energéticos, ou as disputas entre os grandes consumidores de energia, assim como as estratégias adotadas por cada grupo de países ou grandes potências para garantir sua própria segurança energética ou influenciar os demais países no campo energético. (2012, p.77)

Durante os séculos XIX e XX foi desenvolvido o termo “Geopolítica”, assim como a área de estudos em si, devido ao progresso apresentado em relação aos campos da de conhecimento da Geografia e da Ciência Política,

Nomeadamente, o termo “geopolítica” foi utilizado pela primeira vez em 1899 por Rudolf Kjellén, acadêmico e pesquisador da área de geografia, que se tornou político no legislativo sueco. Naquela conjuntura do fim do século XIX, geógrafos deterministas como Friedrich Ratzel (Alemanha), ou possibilistas como Paul Vidal de La Blache (França), impulsionavam novos estudos

geopolíticos em seus respectivos países, influenciando as discussões sobre estas temáticas em diversos países. (OLIVEIRA, 2012, p. 78)

Cabe aqui ressaltar que os recursos energéticos desempenham um importante papel nas análises da geopolítica clássica. Mahan, por exemplo, estuda o desenvolvimento do poder naval ao longo das décadas, e Mackinder define o *Heartland* como uma vasta região no coração da Eurásia, que, apesar de isolada dos mares, possui riqueza quanto aos recursos naturais, principalmente em relação aos recursos energéticos como carvão, gás natural e petróleo. Sendo assim,

[...] a geopolítica, como método de estudo das relações internacionais, ressalta a importância dos fatores de localização sobre as relações entre países. Assim, a geopolítica considera os fatores geográficos como importantes determinantes da política governamental e da posição relativa das nações. (CONANT; GOLD, 1981, p.18)

A partir das considerações feitas pelos autores acerca dos estudos da geopolítica energética, é importante ressaltar a necessidade que há em observar as localizações geográficas quando forem realizados estudos em relação aos acessos dos recursos energéticos primários (CONANT; GOLD, 1981). Nesse sentido, as fontes primárias de energia demandam uma série de mecanismos de transformação e transporte para que só então sejam utilizadas no mercado internacional.

No entanto, na geopolítica energética os fatores considerados importantes são “as linhas de suprimento, a tecnologia e as instalações de processamentos” e análises acerca das “reservas, processamento, novas descobertas, aumento do consumo de energia e pesquisa e tecnologia energética” (CONANT; GOLD, 1981, p.18-19). Tais fatores são considerados importantes, uma vez que estes possuem efeito na oferta e demanda de energia a partir das análises citadas. É importante, ainda, que sejam feitas análises de características como os índices econômicos, ou as dificuldades de determinado sistema econômico, bem como a disponibilidade de alternativas energéticas (OLIVEIRA, 2012). Sendo assim, as capacidades demográficas, econômicas, tecnológicas e de recursos naturais apenas poderão ser utilizadas como forma de conquista de poder se passarem por um processo de conversão. Para tal, há a necessidade, por parte dos Estados, de converter tais recursos naturais em instrumentos proveitosos, como a capacidade de combate.

A energia caracteriza-se, portanto, como um elemento fundamental na formulação da teoria geopolítica. Nesse sentido, o ganho excedente, resultante da

conquista de espaços geográficos, dos quais falam Ratzel, Mackinder e outros teóricos, tem nos recursos energéticos elementos fundamentais para a produção de energia. De acordo com os teóricos, o controle das fontes de produção de energia representa elementos de poder e riqueza, uma vez que a energia caracteriza-se como um instrumento crucial para o funcionamento dos setores de comunicação, transporte e desenvolvimento social de um país, assim como no campo da segurança nacional.

2. GORBACHEV E O FIM DA URSS AO PERÍODO IÉLTSIN

Será abordado no presente capítulo uma breve análise das transformações pelas quais a Política Externa da Federação Russa passou após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Antes de apresentar o novo curso que a política externa da Rússia passou a seguir, é necessário identificar os motivos que levaram à queda da URSS, dentre eles as políticas *Perestroika* e *Glasnost*, estabelecidas durante a administração Gorbachev. Nesse sentido, será discutido como tais medidas, em conjunto com as crises econômica e social, contribuíram para o declínio do antigo regime.

Logo em seguida será apresentada a primeira década pós soviética, correspondente ao período Iéltsin. A década seguinte à queda da URSS foi marcada por uma transição de economia de mercado capitalista, assim como por medidas políticas de aproximação com o ocidente. As tentativas de aproximação com os países ocidentais se devem à esperança que a Rússia possuía na ajuda econômica e na reciprocidade comercial destes países, uma vez que Moscou se encontrava em crise nos mais diversos âmbitos. No entanto, as escolhas feitas durante toda a administração Iéltsin intensificaram a crise no âmbito doméstico e a sua exclusão no cenário internacional.

2.1 De Gorbachev ao fim da URSS

Ao mesmo passo em que Mikhail Gorbachev ascendia ao poder através do cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, em 1985, a União Soviética enfrentava uma série de problemas econômicos e sociais que beiravam uma crise sistêmica. Após os anos de liderança de Leonid Brejnev (1964-1982) e das curtas passagens pela liderança no PCUS de Yuri Andropov e Konstantin Chernenko (1982- 1985), Gorbachev representou um papel central na conjuntura política de transição pela qual a URSS estava passando no então período (FREIRE, 2015).

Gorbachev entendia que havia a necessidade de a URSS passar por um processo de modernização e crescimento e, para tal, concentrou seus esforços no desenvolvimento de medidas que fossem capazes de transformar a estrutura do Estado Soviético (DUARTE; FIGUEIREDO, 2017). No entanto, as políticas *Perestroika* e *Glasnost* referentes à reestruturação e à abertura econômica, respectivamente, que haviam sido criadas com o intuito de reformular a política e desenvolver a economia, tanto a nível interno quanto externo, não obtiveram o êxito esperado.

De acordo com alguns especialistas, a *perestroika* teria sido a iniciativa que Gorbachev havia encontrado para resolver as questões acerca da estagnação industrial do Estado Soviético que, nas palavras do próprio Gorbachev,

Deixe-me primeiro explicar a situação nada simples que se desenvolveu no país nos anos 80 e que fez com que a perestroika se tornasse necessária e inevitável [...] analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica. Um país que antes estivera alcançando rapidamente as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. Além disso, o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração da tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor [...] E tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social. (GORBACHEV, 1988, p. 17 apud SEGRILLO, 2014 p. 9-10)

Cabe aqui ressaltar que, até o final de 1987, as reformas propostas no âmbito da *perestroika* estavam inseridas num contexto socialista, sendo assim não visavam ultrapassar os limites do sistema político vigente. As modificações no modo de operação das empresas estatais, como o autofinanciamento, não interfeririam no fato de ainda serem empresas de propriedade estatal (SEGRILLO, 2014). Isto é, havia a ideia de descentralização do sistema socialista com o intuito de transformá-lo em um sistema mais eficiente. O que podemos observar, no entanto, é que as fases subsequentes da *perestroika* (1988-1989) sofreram alterações no que diz respeito ao seu posicionamento inicial, onde a expressão “economia de mercado” passou a desempenhar grande destaque. Nesse sentido, a política em questão resultou na dissolução do sistema socialista soviético, uma vez que possibilitou a inserção de modelos mais flexíveis. Além disso, os conflitos sociais e étnicos foram outro fator que acabaram contribuindo para o enfraquecimento do sistema (COLIN, 2007).

Antes de colocar a *perestroika* em vigência, Gorbachev julgava necessário empregar a *glasnost*, isto porque um dos objetivos centrais seria a democratização do sistema. Nesse sentido, Gorbachev tinha o intuito de estabelecer um socialismo humano e democrático, ainda que unipartidário (CORRÊA; SEAGRILLO, 2017). No entanto, tais reformas ocasionaram o declínio do sistema soviético.

No âmbito da política externa, Gorbachev buscou aproximar suas relações com os países do ocidente. A fim de estabelecer essa política de aproximação, algumas medidas foram utilizadas pelo então secretário, como a assinatura com os Estados Unidos do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance de Intermédio, em dezembro de 1987, e a retirada das tropas militares soviéticas do Afeganistão, em 1988 (FREIRE, 2015). Entretanto, essas medidas se manifestaram de uma forma negativa no cenário interno da URSS, isto porque o sistema socialista e a administração política desenvolvida pelo PCUS foram vistas como ineficazes dada a nova realidade pela qual os soviéticos estavam passando.

Ainda sob a ótica interna, Gorbachev realizou algumas reformas político administrativas importantes, a exemplo do Congresso dos Deputados do Povo em 1989, o qual possuía um poder maior de decisão diferentemente do Soviete Supremo e, assim, “foi eleito um novo Soviete Supremo pelo novo Parlamento e Gorbachev conseguiu aqui reunir amplo poder, permitindo terminar com o monopólio do Partido Comunista da União Soviética enquanto única organização política legal” (FREIRE, 2015, p. 156). Seja no âmbito das políticas internas, ou no âmbito da política externa, Gorbachev seguiu linhas diferentes das políticas até então presentes na URSS, principalmente, ao construir uma política externa de caráter mais democrático, sobretudo com os países do Leste, e mais flexível em relação às repúblicas pertencentes a URSS. Embora tais mudanças houvessem possibilitado o fim da Guerra Fria, provocaram a queda da União Soviética,

Foi Gorbachev que simbolizou a transcendência das revoluções progressistas e que assim permitiu à Rússia o regresso às políticas ‘normais’, um tipo de políticas que não incluía uma fronteira emancipatória. O sujeito da emancipação acabou por não ser o povo no sentido dos sujeitos soberanos da democracia, mas uma elite transformadora guiada pelos princípios de liderança e modernização das elites para as populações. (SAKWA, 2005, p.272 apud FREIRE, 2017, p. 156-157)

A economia passou a apresentar sinais expressivos de declínio. O índice de

crescimento, que em 1989 era de 2,5%, chegou a -4% em 1990. Até mesmo a inflação, circunstância desconhecida pelos soviéticos antes da implementação da *perestroika*, chegou a atingir 14% no mesmo período (SEGRILLO, 2014). O caos econômico instaurado no estado soviético se deu, em sua maioria, devido aos conflitos de poder existentes entre o centro e as repúblicas. Assim, no final dos anos 1980, início dos anos 1990, após as demandas nacionalistas, Estônia, Lituânia e Letônia, declararam de forma unilateral as suas independências e as demais repúblicas constitutivas da URSS já haviam realizado sua soberania quanto ao centro (SEGRILLO, 2014). Os processos de independências das repúblicas, assim como as demandas de poderes por parte destas e o crescente caos econômico, foram responsáveis por marcar o início dos anos 1991.

Os impactos causados pela dissolução da URSS foram sentidos em diferentes níveis, tanto no âmbito interno quanto no externo. Com a queda da União Soviética não desapareceu apenas uma nação, mas significou o fim de uma ideologia unificada baseada em concepções Marxista-leninistas, as quais possibilitaram um sentimento de unidade social, provocou ainda, a perda identitária dos soviéticos, bem como levou a Rússia ao processo de transição para um novo sistema político, nunca experimentado pelo povo russo. Além disso, as alterações nas fronteiras implicaram em novas maneiras de se relacionar com os países vizinhos, uma vez que a vizinhança possuía um caráter instável, ao mesmo passo em que se tornava necessário redefinir o papel da Rússia no novo ordenamento global. O processo de transição pelo qual a Rússia estava passando exigiu uma nova postura no que se refere a política externa em um contexto de pós Guerra Fria, justificado, entre outras razões, pelas responsabilidades herdadas da URSS, como o arsenal nuclear soviético e a representação em foros internacionais, a exemplo das Nações Unidas, e a cadeira permanente no Conselho de Segurança. Era o fim, portanto, de um mundo bipolar e, também o fim da Guerra Fria, encerrava-se um ciclo que havia iniciado com a revolução socialista na Rússia e havia sido influência para as demais revoluções socialistas ao redor do mundo (DUARTE; FIGUEIREDO, 2017).

2.2 A primeira década pós-Guerra Fria: o período Iéltsin

A chegada de Boris Iéltsin no meio político ocorreu em 1985, no contexto em que Gorbachev tornava-se presidente da URSS. Iéltsin foi eleito para o Congresso dos Deputados em 1989, tornando-se mais tarde o novo presidente do Parlamento

russo (FREIRE, 2015). No entanto, Léltsin e Gorbachev possuíam linhas de pensamentos e objetivos divergentes um do outro. Durante o período, Gorbachev enfrentava as pressões e críticas internas em relação às suas medidas de reformas, as quais eram consideradas como não compensatórias e difíceis. Já Léltsin criticava o governo de Gorbachev por conduzir as medidas de reforma de maneira lenta e acreditava, ainda, que tais medidas eram ineficazes.

Dado o contexto da época, em que as repúblicas soviéticas declararam as suas independências, um referendo foi convocado a fim de discutir o futuro da União, tendo resultado favorável quanto a permanência da URSS como órgão agregador, mas não aglutinador das repúblicas (FREIRE, 2015). Ainda, foi posto em pauta se a questão Presidencial na Rússia deveria continuar sendo um processo seletivo e fechado, ou incluir a participação da população nesse processo de decisão. Sendo assim, o referendo da União teve resultado favorável às eleições presidenciais diretas, o que possibilitou a vitória de Boris Léltsin, demonstrando a insatisfação da sociedade com os processos de reformas iniciados por Gorbachev.

Em 8 de dezembro de 1991, através de uma iniciativa de Léltsin, foi criada a Comunidade de Estados Independentes (CEI). O acordo, assinado entre Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, baseava-se no princípio da igualdade soberana entre seus Estados membros (FREIRE, 2015). O principal objetivo da iniciativa consistia na formação de um instrumento agregador, que fosse capaz de promover a continuidade das unidades da antiga URSS. Apesar da criação da aliança, as antigas repúblicas soviéticas optaram por seguir linhas de posicionamento diferentes que independem de suas adesões a CEI, como apresenta Pecequilo,

[...] a Comunidade de Estados Independentes (CEI), [...] surge como um arranjo político frouxo para a preservação dos laços econômicos-políticos entre Moscou e os novos Estados. Nem para Moscou, nem para os demais membros da aliança a CEI detinha importância estratégica. A integração ao ocidente surgia como prioridade. Para a “nova Rússia”, isto representava a abdicação de pretensões de hegemonia regional no espaço soviético e a implementação do Consenso de Washington como na América Latina. (PECEQUILO, 2012, p. 109)

O período em que Léltsin esteve no poder pode ser dividido em duas fases, de 1992 a 1997, que se referem a transição democrática e às políticas de adesão ao novo sistema neoliberal e, 1998 a 1999, que estão relacionados à crise e a busca pela retomada de autonomia (PECEQUILO, 2012). No que tange à política externa,

principalmente no decorrer dos anos 1992 a 1997, estes foram marcados pela realização de políticas pró-ocidente, assim como a priorização de uma relação estratégica com os Estados Unidos, visto que essa aproximação com o ocidente era considerada pelos líderes políticos como o melhor caminho para o desenvolvimento e modernização válidos (PECEQUILO, 2012). Além de Léltsin, tais políticas foram exercidas com o auxílio de Victor Chernomyrdin como Primeiro-Ministro (1992-31998) e Andrei Kozyrev (1990-1996) no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

No plano econômico, o processo de reformas foi conduzido por Anatoly Chubais (1991-1994). As reformas implementadas por Chubais ficaram comumente conhecidas como “Terapia de Choque” (uma forma de implementar a reforma de modo que ela fosse rápida e dolorosa logo de início e, posteriormente, tivessem seus efeitos amenizados) e tinham como objetivo instaurar um sistema capitalista moderno, por meio da reorganização do Estado e da privatização de empresas estatais, excluindo qualquer presença do sistema em vigência anteriormente, o socialismo. De acordo com Segrillo,

Foi o maior programa de privatização da história da humanidade, pois no período soviético praticamente todas as empresas eram estatais, desde as mais gigantescas até as pequenas quitandas e bares [...] A estratégia era privatizar rapidamente de modo a criar um fato consumado e evitar retrocessos devido a dificuldades políticas com a oposição comunista ortodoxa. (SEGRILLO, 2018, p. 247)

No entanto, esse processo de desmonte do Estado acabou provocando uma crise socioeconômica, quando o desemprego chegou a atingir 25% da população na época, o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma queda de 40% e em 1992 atingiu - 19,2% de crescimento, a expectativa de vida da população diminuiu, além do desgaste da infraestrutura básica de segurança (PECEQUILO, 2012). Nesse sentido, o acelerado processo de privatizações e a transição para uma economia de mercado contribuíram para o crescimento das desigualdades e do nível de pobreza no país. Não obstante, as medidas adotadas por Léltsin configuraram uma parceria nada transparente entre o Kremlin, as empresas ocidentais e a elite russa. Essas elites foram formadas a partir da queda da URSS, as quais foram denominadas de oligarcas, buscavam exercer controle sobre setores estratégicos, sobretudo, no campo de produção e transporte de gás e petróleo. Os oligarcas acumularam riquezas não apenas oriundas do gás e do petróleo, mas eram beneficiados, ainda, por fundos e bônus governamentais (PECEQUILO, 2012).

A recessão econômica do novo regime russo, a realização de políticas pró-ocidente e as insatisfações da sociedade contribuíram para que uma crise política fosse constituída. Assim, em 1993, uma tentativa de golpe contra Léltsin foi realizada devido ao conflito existente entre o Parlamento e o Kremlin, e em decorrência disto, Léltsin fortaleceu o seu círculo de aliados e dissolveu o parlamento. Um dos principais resultados de tais medidas, segundo Pecequilo (2012, p. 112), “foi a centralização de poder na Rússia e a concentração nas mãos do Kremlin”, indo em contramão ao discurso pró-democrático. Através das alterações estruturais feitas, Léltsin passou a desfrutar de plenos poderes, tornando-se dependente do mesmo e centralizando todo poder em suas mãos, dificultando as visões alternativas em formação na nova Rússia (FREIRE, 2015).

No cenário internacional, é possível observar as crescentes medidas de integração com as instituições do ocidente, como a adesão a Parceria para a Paz (PpP) no contexto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em junho de 1995; a aproximação com a Comunidade Europeia, por meio da assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação (APC) em 1994, mas ratificado apenas em 1997; devido a fragilidade econômica russa, Moscou é incorporada ao G7, em 1997, e assina com os Estados Unidos e os membros da OTAN o Ato Fundados Sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a Rússia e a OTAN (FREIRE, 2015; PECEQUILO, 2012). No entanto, essas medidas eram consideradas por parte dos norte-americanos como uma oportunidade de limitar as ações russas, buscando evitar qualquer revisionismo, e assim, executar seus objetivos na Eurásia centrado no âmbito energético. Como apresentado por Amineh e Houweling,

O objetivo dos formuladores de política externa dos Estados Unidos não é somente obter petróleo e gás da Ásia Central, mas também controlar o seu fluxo nos mercados de petróleo e gás no ocidente e no sudeste da Ásia. Os interesses econômicos dos Estados Unidos combinam-se com interesses estratégicos para enfraquecer a influência russa e iraniana na região e também para assegurar mais controle de ambos os recursos e das vias marítimas de trânsito do Golfo Pérsico. (AMINEH; HOUWELING, 2005, p. 213).

Ou seja, todo o processo da PpP, assim como a realização dos gasodutos e oleodutos, possuía apenas o intuito de conter a atuação de Moscou tanto em seu próprio território, quanto em seu entorno geográfico, cujo exercia influência, provocando um estrangulamento da Rússia e não sua integração ao ocidente

(PECEQUILO, 2012). Ainda, a ajuda econômica internacional que era esperada pela Rússia foi insuficiente, deixando evidente a frustração russa com o ocidente e despertando um sentimento antiocidental. Nesse sentido, ocorre um desejo interno, sobretudo por parte dos grupos nacionalistas e comunistas, de mudanças no campo da política externa do país. As ingerências ocidentais nas questões russas, principalmente no que se refere às minorias russas fora do território, agravaram o descontentamento russo com o ocidente e tiveram reflexos na condução da política externa de Moscou, a qual adquiriu um caráter mais reativo (FREIRE, 2015).

Dado o contexto, em 1993, Léltsin aprova um novo conceito de política externa, ressaltando o aspecto mais reativo que a Rússia passaria a adotar. O ocidente deixa de ser, então, o foco do país no que se refere à política externa e, assim, Moscou procurou concentrar seus interesses nos países vizinhos, referindo-se a estes como “interesses vitalmente importantes”,

A Federação Russa, apesar da crise que atravessa, permanece uma grande potência em termos do seu potencial, da sua influência no curso dos acontecimentos mundiais e da responsabilidade que assume como resultado disso. É responsável não só pela nova ordem mundial que emergiu após o colapso do campo socialista, mas especialmente pela criação de um novo sistema de relações positivas entre os estados que faziam parte da União Soviética, oferecendo a garantia de estabilidade nestas relações (Foreign Policy Concept, 1993).

Essa série de acontecimentos, somadas à crise econômica que estava se desenvolvendo entre os anos de 1997 e 1999, marcaram a decadência do governo Léltsin. Algumas potências ocidentais criticam a administração de Léltsin e retiram seu apoio à Rússia devido às acusações de corrupção e autoritarismo. Contudo, já no fim da gestão em 1998 e 1999, Léltsin busca meios para amenizar os efeitos da crise, marcando essa etapa final da administração com mudanças significativas em suas políticas. Em vista disso, substituindo o ocidentalista Kozyrev, Eugeny Primakov assume o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 1998-1999, assumindo logo em seguida o cargo de Primeiro-Ministro (FREIRE, 2015).

Com Primakov à frente do MRE, a política externa russa, que antes mantinha seu foco no ocidente, passa a defender um discurso acerca da identidade da Rússia, reafirmando sua posição de potência continental na ordem global. Segundo Pecequilo (2012), esse comportamento possuía um caráter estratégico e tinha como prioridades o “multilateralismo e o multipolarismo”, cuja principal finalidade era

reassumir a sua posição no cenário regional e global. É possível observar o novo posicionamento russo com a aproximação do país com potências parecidas com as capacidades que a Rússia dispõe, como China e Índia,

[...] denominado como vetor oriental da política externa russa [...], formando o eixo Moscou-Délhi-Pequim. [...] Rússia e China assinaram a Declaração Conjunta pela Multipolaridade e a formação de uma nova ordem internacional e um acordo com o Cazaquistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão que em 2001 seria formalizado na Organização de Cooperação de Xangai (OCX). (PECEQUILO, 2012, p.115)

As políticas compensatórias adotadas por Léltsin não foram o suficiente para o crescimento no âmbito da política interna. A condução da política doméstica de Léltsin impediu um maior desenvolvimento da sociedade, uma vez que o modelo político conduzido se mostrava fraco e ineficaz. Após receber acusações de corrupção, Léltsin realiza uma troca nos cargos de Primeiro-Ministro, quando Primakov deixa o cargo e quem passa a assumi-lo é Sergei Stepashin, tais medidas foram realizadas com o intuito de reconquistar o seu poder de iniciativa (PECEQUILO, 2012). Contudo, a permanência de Stepashin no Kremlin não é muito duradoura e é, ainda, questionada por grupos internos, deixando o clima de tensão doméstico ainda mais agudizado.

Dada a conjuntura russa, Vladimir Putin (antes prefeito de São Petersburgo) é indicado por Léltsin para assumir o cargo de Primeiro-Ministro. Putin permanece no cargo de agosto de 1999 a dezembro do mesmo ano, quando se torna Presidente do país através de um acordo político. O acordo em questão consistia na renúncia de Léltsin e, em contrapartida, o então presidente estaria isento de futuras investigações relacionadas à corrupção. Pouco tempo depois, Putin se torna presidente eleito por voto popular, sendo eleito novamente em 2004. Devido a limitação de dois mandatos consecutivos, Putin não podia concorrer à eleição novamente, assim sendo, ele alterna para o cargo de Primeiro-Ministro e seu tradicional aliado, Dmitri Medvedev, é eleito o novo Presidente da Rússia em 2008. Com Putin à frente do poder, o estado de declínio que a Rússia se encontrava foi desaparecendo, dando espaço para um novo cenário, onde ocorre a recuperação do Estado russo a nível interno, e a reinserção no sistema internacional a nível externo. De acordo com Markov (2008), o anseio da sociedade por uma melhoria na estrutura do Estado marca a política de Putin, além disso, foi capaz de reconstituir o controle do Estado, ainda que parcial,

sobre o setor de gás e petróleo e o “lema da estabilidade tornou-se sinônimo da consolidação do Estado”.

3. A ERA PUTIN

O capítulo a seguir busca analisar a visão estratégica da Política Externa da Federação Russa a partir da administração de Vladimir Putin, dividido entre duas seções correspondentes aos anos de 2000 a 2008 e de 2012 a 2020. Na primeira seção serão abordadas as políticas de Putin para o espaço pós-soviético e quais ideias da Trinca Gloriosa (ocidentalismo, estatismo e civilizacionismo) estavam presentes no modo de condução da política externa durante o período. Além disso, serão apresentadas as mudanças da política externa no que se refere às relações com o ocidente, em especial com os Estados Unidos. Por fim, na segunda sessão, serão debatidas as mudanças feitas no Conceito de Política Externa da Federação Russa a partir do terceiro mandato de Putin e a busca de Moscou em preservar sua soberania e consolidar sua posição no sistema internacional através das políticas estratégicas para seu entorno geográfico.

3.1 Um Novo Cenário: A Política Externa da Federação Russa Durante a Administração Putin (2000-2008)

Como apresentado no capítulo anterior, Boris Iéltsin abdica do cargo de presidente por meio de um acordo com Vladimir Putin, pelo qual se torna seu sucessor em dezembro de 1999. Novas eleições foram realizadas em março de 2000 e Putin acaba sendo eleito presidente por voto popular com significativa vantagem diante dos demais candidatos. No entanto, em decorrência da queda da URSS, algumas mudanças ocorreram no que diz respeito à política externa da Rússia durante a década de 1990. O novo cenário russo herdado por Putin, nada promissor, era resultado das alterações políticas realizadas por Iéltsin, como a democratização do país e as tentativas frustradas de manter uma aproximação com os países do ocidente, dos quais a Rússia procurou manter um distanciamento durante a Guerra Fria (ALMEIDA, 2018). As medidas adotadas nas esferas políticas e socioeconômicas causaram a instabilidade financeira marcando o período.

A chegada de Putin ao poder trouxe ares de esperança para a Rússia. Os anos

2000 apresentaram uma série de mudanças no âmbito da política externa do país, manifestado, sobretudo, através do documento “*Conceito de Política Externa da Federação Russa*”, publicado em 28 de junho de 2000, assim como também surge o anseio por uma nova identidade russa pós-soviética. Nesse sentido, o documento descreve que o intuito de Moscou, no que tange ao seu território, é a preservação da sua identidade e soberania a fim de manter a sua influência junto aos demais países. Isto é, o estatismo era uma das principais ideias da identidade nacional dentro deste novo contexto no qual a Rússia estava inserida. Segundo Pecequilo “[...] Putin inicia sua ofensiva a partir da reconstrução das bases do poder e orgulho nacionais (bandeira e hino), amparado por um discurso de autonomia e pragmatismo no campo externo.” (2012, p.118)

Ligada ao estatismo, essa identidade emerge com o conceito de *derzhavnost* que, de acordo com Tsygankov (2016), está relacionada com o papel desempenhado pela Rússia de uma grande potência responsável por manter o equilíbrio geopolítico mundial. Acerca do conceito, Bobo Lo entende que,

[m]esmo que a maioria das pessoas entendesse que o mundo bipolar havia desaparecido para sempre, elas não estavam dispostas a aceitar que a Rússia havia, praticamente da noite para o dia, sido relegada às fileiras de apenas mais uma potência regional. Como resultado, o que ficou conhecido como *derzhavnost* ('grande potência') - baseado na suposição de que a Rússia foi, é e sempre será uma 'grande potência' (*velikaya derzhava*) - emergiu como uma das ideologias de política externa mais populares do período Yeltsin. De acordo com essa crença, seguiu-se que a Rússia era, apesar de quaisquer “dificuldades temporárias”, uma entidade transcontinental: nem exclusivamente eslava, europeia ou asiática, mas eurásiana e global. (LO, 2003, p.13 tradução nossa)²

É possível observar que desde o começo da administração Putin, um dos principais objetivos era o restabelecimento da condição de potência que a Rússia possuía. Isto porque, durante o período Iéltsin, ocorreu uma queda da presença russa nos assuntos internacionais. Nesse sentido, Putin busca exercer uma postura mais assertiva e pragmática no âmbito da política externa do país. Para a conjuntura russa do período, *derzhavnost* significava não apenas a retomada de uma política imperial,

² Do original inglês: Even if most people understood that the bipolar world had disappeared for good, they were unwilling to accept that Russia had, virtually overnight, been relegated to the ranks of just another regional power. As a result, what became known as *derzhavnost* ('great power-ness') – based on the assumption that Russia had been, was and would always be a 'great power' (*velikaya derzhava*) – emerged as one of the most popular foreign policy ideologies of the Yeltsin period. In keeping with this belief, it followed that Russia was, in spite of any 'temporary difficulties', a transcontinental entity: neither exclusively Slavic, European or Asian, but Eurasian and global. (LO, 2003, p.13)

representava um dos principais objetivos do governo Putin. Dessa forma, o discurso presente no Kremlin era em prol de um Estado forte, sob a justificativa de que essa seria única opção para a Rússia, principalmente por meio do fortalecimento interno do país (ALMEIDA, 2018), sobretudo por meio de estratégias que visavam o desenvolvimento econômico e militar aumentando, assim, a segurança nacional.

Putin realiza mudanças no que tange à agenda da política externa do primeiro mandato a começar pela nomeação de Sergei Ivanov para o cargo de ministro da Defesa, na esfera militar o orçamento foi ampliado e investimentos foram feitos a fim de modernizar a indústria bélica do país. Nesse mesmo campo, são feitas alterações para uma nova doutrina de segurança militar do país que, diferentemente da antiga, admitia o uso do arsenal nuclear em casos de ingerência externa e não apenas nos casos em que a sobrevivência do Estado estaria ameaçada. Houve contradições internas quanto à ideia do uso do arsenal nuclear, sobretudo por parte da elite que acreditava que a força russa seria resumida ao seu armamento nuclear, podendo ser interpretada como uma admissão de fraqueza (ALMEIDA, 2018). Caracterizada pelo pragmatismo, a administração de Putin indicou que esse poder seria o melhor caminho a ser seguido com vistas a reivindicar seu status de potência.

O século XXI chega com algumas preocupações para Moscou, principalmente no que se refere à recuperação do seu espaço no mundo pós-Guerra Fria, fazendo com que Putin realizasse mudanças necessárias para tal. Nesse sentido, a política externa de Putin durante os primeiros anos do seu mandato não segue uma direção única e, portanto, possui um caráter mais eclético, se diferenciando da política externa assumida por Iéltsin durante os últimos anos de governo, mas mantendo algumas ideias do período imperial e da sua herança soviética. Dessa forma, Tsygankov destaca que,

Putin apresentou a ideologia do pragmatismo e da auto-concentração. A ideologia articulava uma visão que combinava influências ocidentalistas e estatistas. [...] No entanto, ele também se comprometeu com os valores tradicionais tipicamente enfatizados pelos estatistas e civilizacionistas. Por exemplo, em seu artigo programático “Rússia na virada do milênio”, que dirigiu ao seu eleitorado, o futuro presidente enfatizou o patriotismo, um Estado forte e a solidariedade social como valores-chave de seu país. Ao contrário de Gorbachev ou Kozyrev, Putin não estava ansioso para replicar os valores social-democratas ou liberais ocidentais em solo russo, e deixou claro que a Rússia nunca se tornaria a “segunda edição dos EUA ou da Grã-Bretanha”. Em vez disso, ele via seu país como uma grande potência moderna capaz de se adaptar a um mundo em mudança sob a liderança do

Estado. Na tradição do Estatismo, a prioridade é dada à governabilidade e à capacidade do Estado de exercer seu poder, enquanto a democracia vem em segundo lugar. (TSYGANKOV, 2016, p.137 tradução nossa)³

Nesse sentido, a política externa de Putin transitava entre civilizacionista, estatista e ocidentalista conforme determinados assuntos, embora a presença da tradição civilizacionista estivesse mais presente em seu comportamento, principalmente no que se refere à sua relação com os países do espaço pós-soviético. No documento referente ao novo conceito de política externa do país um dos principais objetivos do governo é promover a cultura do próprio país para estes Estados, assim como um “cinturão de boa vizinhança” (пояс добрососедства) com o exterior-próximo (ALMEIDA, 2018). Outro ponto levantado no documento é a prioridade das relações russas com os países da Comunidade dos Estados Independentes. Em síntese, grande parte dos objetivos presentes na agenda da política externa russa podem ser compreendidos como civilizacionista, uma vez que essa tradição prevê a prioridade das relações militares, econômicas e diplomáticas da Federação Russa com os países do espaço pós-soviético (ALMEIDA, 2018).

No tocante às relações entre a Rússia e os Estados Unidos, durante o período léltsin, ambos vivenciaram uma série de desentendimentos, principalmente nos anos finais do governo. No entanto, durante seu mandato, Putin insere novamente na agenda de política externa do país as iniciativas de aproximação com os países ocidentais, em especial com os Estados Unidos, por entender que isso representaria agir pelo bem da própria pátria, devido ao apoio vindo do ocidente no próprio país, isso porque após a Segunda-Guerra a ordem do sistema liberal via o ocidente como “uma única entidade cultural”, sendo assim, o ocidente era visto como principal ponto de referência mundial (ALMEIDA, 2018). Os primeiros indícios de tentativas de reaproximação se sucederam após o atentado de 11 de setembro de 2001 ao *World*

³ Do original inglês: Putin put forward the ideology of pragmatism and self-concentration. The ideology articulated a vision which combined both Westernist and Statist influences. [...] However, he also committed himself to traditional values typically emphasized by Statists and Civilizationists. For instance, in his programmatic article “Russia at the Turn of the Millennium”, which he addressed to his electorate, the future president emphasized patriotism, a strong state, and social solidarity as his country’s key values. Unlike Gorbachev or Kozyrev, Putin was not eager to replicate Western social democratic or liberal values on Russian soil, and he made it clear that Russia would never become the “second edition of the U.S. or Britain”. Rather, he saw his country as a modern great power capable of adapting to a changing world under state leadership. In the tradition of Statism, the priority is given to governability and the state’s ability to exercise its power, whereas democracy comes second. (TSYGANKOV, 2016, p.137)

Trade Center. Nesse sentido, a Rússia oferece auxílio para os Estados Unidos no combate ao terrorismo, principalmente por acreditar que essa aproximação seria benéfica para o processo de modernização de Moscou e, ainda, por identificar o terrorismo como uma ameaça às suas fronteiras (TSYGANKOV, 2016). Ainda, a cooperação era vista pelo Kremlin como uma oportunidade de legitimar seu comportamento no exterior próximo e de poder se aproximar novamente dos EUA como uma potência,

[...] a colaboração estratégica contra o terror permitia à Rússia recuperar sua projeção regional como conter os avanços norte-americanos. Dados de inteligência russos e bases militares serviram de cabeça de ponte à operação dos EUA no Afeganistão. Esta cooperação resultaria em um acordo bilateral EUA-Rússia em Novembro de 2001 e, em 2002, em um significativo encontro bilateral Bush-Putin, no qual foi formalizada a Declaração Conjunta entre os Estados Unidos da América e a Federação da Rússia em 2002. (PECEQUILO, 2012, p.121)

Para Tsygankov, a política externa de Putin seguia um caráter pragmático em relação ao ocidente. No entanto, os objetivos do Estado estavam relacionados à tradição estatista, uma vez que Putin visava o fortalecimento do Estado russo e procurava demonstrar a capacidade que o país possuía no cenário global. Em síntese, o principal objetivo do governo durante o primeiro mandato de Putin estava diretamente ligado ao processo de modernização da Federação Russa e, apesar de buscar manter uma relação com os países do ocidente, sobretudo com os EUA, Putin não almejava equilibrar a influência ocidental no sistema internacional,

Para ele [Putin], o interesse nacional mais importante estava na modernização e no crescimento econômico da Rússia, não no equilíbrio das influências americanas no mundo. Tal perspectiva pressupunha que, no mundo de hoje, a geoeconomia ganhou vantagem sobre a geopolítica e, assim, a Rússia teve que aprender a defender seus interesses nacionais por meios econômicos. [...] O equilíbrio, portanto, precisava ceder à cooperação pragmática. (TSYGANKOV, 2016, p.139 tradução nossa)⁴

Tanto Putin quanto seus aliados compreendiam que, antes de realizar qualquer ação na política externa russa relativa ao espaço regional e global, seria fundamental realizar a reconstrução do Estado, assim como também seria fundamental uma análise acerca do papel que Moscou desempenharia na nova ordem do sistema

⁴ Do original inglês: For him, the most important national interest lay in Russia's modernization and economic growth, not balancing American influences in the world. Such a perspective assumed that in today's world, geoeconomics gained the upper hand over geopolitics, and thus Russia had to learn to defend its national interests by economic means. [...] Balancing, therefore, needed to yield to pragmatic cooperation. (TSYGANKOV, 2016, p.139)

(PECEQUILO, 2012). Essa concepção se expressa no Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa, o qual acompanha o Conceito de Política Externa do país, publicado em 2000. O documento apresenta as principais questões que são consideradas como uma ameaça para a segurança nacional russa, como a fragilidade econômica e social, que foi responsável por deixar o Estado e suas fronteiras em uma situação de vulnerabilidade aos riscos iminentes de terrorismo, os conflitos étnicos e o crime organizado, levando à fragmentação e a ingerências de inimigos externos (PECEQUILO, 2012).

Os documentos de Conceito de Política Externa e de Segurança Nacional levavam em consideração a conjuntura do país durante o período: o processo de retomada no âmbito político e econômico; o restabelecimento da sua zona de influência, priorizando as relações multilaterais; os limites impostos devido a unipolaridade militar dos EUA, assim como a assimetria de poder entre a Rússia, os países ocidentais e os países em desenvolvimento; e os seus objetivos a médio prazo de reemergência, multipolaridade e multilateralismo (PECEQUILO, 2012). Dessa forma, o conjunto dos fatores citados levaram à aceitação do status quo do país e a ações focadas para o restabelecimento russo por meio de suas reformas.

O governo de Putin sintetiza o interesse nacional através de três importantes eixos: a defesa da identidade russa e segurança do país, o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento tanto das instituições como do Estado (TSYGANKOV, 2016). Putin buscou centralizar o poder nas mãos do Estado através de reformas nas instituições de governo, concentrando-as em Moscou, procurou restabelecer as forças de segurança a nível interno, combateu a corrupção e, principalmente, reformulou a política econômica do país.

Estas duas últimas questões são consideradas elementos importantes dentro da agenda governamental do presidente, já que a Rússia por ser detentora de uma das mais significativas reservas minerais e de hidrocarbonetos e que, segundo Lira Nascimento (2015, p.52) “globalmente, [...] é a segunda maior produtora de gás natural e a terceira maior produtora de combustíveis líquidos do mundo”, o domínio do setor energético representava, portanto, as principais ações no processo de recuperação econômica do governo. Como medidas, principalmente através da reavaliação das políticas de privatização feitas por Léltsin e de investigações contra os

oligarcas, Putin dá início ao processo de estatização do setor energético, com interesse voltado para a Gazprom. A Gazprom representava, e ainda representa, um elemento estratégico fundamental para as políticas de Moscou, tendo em vista os constrangimentos econômicos e diplomáticos causados nos mercados consumidores, já que a empresa é responsável por controlar grande parte das exportações de gás mundial.

Putin consegue reconquistar, ao longo do seu primeiro mandato, a influência da Rússia no espaço pós soviético por meio da cooperação econômica, militar e diplomática (ALMEIDA, 2018). Os países que compunham o entorno regional russo e que haviam feito parte da URSS eram considerados pelo então presidente como “esfera vital de interesse” (LO, 2003). Entre os principais interesses estratégicos do governo estava a prioridade das relações com os países da CEI, sem que isso viesse a interferir na sua relação com os demais países do sistema internacional. Segundo Bobo Lo,

Os laços com a antiga União Soviética são mais substantivos e multifacetados do que em qualquer momento desde o desmembramento da URSS. [...] O engajamento agora é valorizado por si só, e não como um instrumento para combater os avanços estratégicos ocidentais. Para tanto, a ênfase está em demonstrar os benefícios que a Rússia pode trazer aos interesses desses países, no lugar do misto de ameaças e reclamações que caracterizaram o comportamento de Moscou na década de 1990. [...] A influência russa nessas regiões atingiu níveis insuperáveis em mais de uma década. Países anteriormente violentos, por exemplo, a Ucrânia, têm sido muito mais complacentes com os interesses de Moscou do que durante o período de Yeltsin. (LO, 2003, p.82)⁵

Ainda, no que tange as relações russas com os EUA, é necessário destacar que, no âmbito da Guerra Global Contra o Terrorismo (GWT), as convergências de ideias entre ambos os países não foram suficientes para impedir os avanços dos EUA no espaço eurasiático,

⁵ Do original em inglês: Ties with the former Soviet Union are more substantive and multifaceted than at any time since the break-up of the USSR. [...] Engagement is now valued for its own sake, rather than as an instrument to counter Western strategic advances. To this purpose, the emphasis is on demonstrating the benefits Russia can bring to the interests of those countries, in place of the mixture of threats and complaints that characterized Moscow's behavior in the 1990s. [...] Russian influence in these regions has reached levels unsurpassed in over a decade. Previously obstreperous countries, for example Ukraine, have been far more accommodating towards Moscow's interests than they were during the Yeltsin period. (LO, 2003, p.82)

O governo Bush aumentou o orçamento do USCENTCOM, Comando das Forças Armadas para a Ásia Central, Oriente Médio e parte da África, e estabeleceu parcerias militares com as antigas repúblicas soviéticas para a construção de bases na região. Documentos do Pentágono definiam como prioritária a consolidação de posições na zona composta por Geórgia, Turquia, Azerbaijão, Iraque, Irã, Afeganistão, Paquistão, Uzbequistão e Turcomenistão, definido como “Anel Centro-Asiático”. (PECEQUILO, 2012, p.122)

Nesse sentido, de modo a frear as ações por parte dos EUA, Putin exerce o pragmatismo contido em sua política externa, muito embora a situação econômica e militar do país não estivesse estável o bastante para impedir essas ações externas. Putin buscou intensificar a cooperação acrescentando discussões acerca do controle de armamentos bilateral no âmbito da GWT. Como resultado, ocorre uma reestruturação e é constituído um Conselho entre OTAN e Rússia. No entanto, algumas das principais reivindicações da pauta russa, sua integração na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o reconhecimento como uma economia de mercado, não foram consideradas (PECEQUILO, 2012). Contudo, o cenário de cooperação entre os países chega ao fim, deixando em evidência que o ocidente representava uma ameaça para os interesses de Moscou,

As negociações no CSONU para o encaminhamento da Guerra do Iraque e a precipitação da invasão em Março de 2003 [...] colocam um fim a este clima cooperativo russo e norte-americano. A aproximação com Paris e Berlim por conta destas negociações [...] reforça parcialmente os laços com a Europa Ocidental, mas sem sustentabilidade diante da reconstrução da aliança transatlântica que se inicia no segundo mandato de Bush. A UE consolidou seu processo de expansão com o Tratado de Nice [...], o que somente reforçou a percepção de ameaça do ocidente à Rússia. (PECEQUILO, 2012, p.122)

Esses episódios somados aos investimentos realizados pela Rússia no setor energético e a estabilidade política alcançada internamente, marcam os anos seguintes da administração Putin (mantendo-se também durante a administração de Medvedev). Como resultado, ocorre o reposicionamento dos objetivos e prioridades do país, possibilitando uma maior assertividade no âmbito regional e mundial.

Putin é reeleito para seu segundo mandato no dia 14 de março de 2004 com grande popularidade. Nesse contexto, no que diz respeito ao cenário regional, a Rússia retoma parcerias bilaterais e multilaterais em resposta às ingerências norte-americanas na Ásia Central, que teve como consequência o fechamento das bases militares dos EUA na região. Moscou condenava estas ingerências que eram feitas sob a justificativa de “reversão a práticas autoritárias” (PECEQUILO, 2012). O governo

de Putin entendia que as interferências estrangeiras, sobretudo dos EUA, no espaço pós-soviético representavam uma ameaça não apenas para as repúblicas da região, mas para a política da própria Rússia. O envolvimento político dos EUA nas repúblicas ex-soviéticas desencadeou o que ficou conhecido como “Revoluções Coloridas”,

A Revolução das Rosas ocorreu entre novembro de 2003 e janeiro de 2004 na Geórgia, alguns meses antes da reeleição de Vladimir Putin, e foi a primeira das três revoluções ocorridas em países pós-soviéticos no início do século XXI, movimentos populares e pacíficos que, quando analisados em conjunto, ficaram conhecidos pela designação “Revoluções Coloridas”. A Revolução das Rosas foi a primeira a pôr em dúvida a influência da Rússia no espaço pós-soviético e a adaptar para as repúblicas pós-soviéticas um projeto oposicionista de natureza republicana durante a Era Putin. [...] as Revoluções Coloridas tiveram um impacto substancial nas relações da Rússia com os Estados Unidos e na percepção russa de ameaça. A Rússia viu o envolvimento americano na região como uma afronta desfavorável aos seus planos no espaço pós-soviético. (ALMEIDA, 2018, p.79-80)

É importante ressaltar que, as Revoluções (Laranja na Ucrânia em 2003, Rosa na Geórgia em 2004, e Tulipa no Quirguistão em 2005) foram motivadas devido ao inconformismo da população pelas acusações de fraudes nas eleições. As populações dessas repúblicas acusavam os governos de serem corruptos e servirem de “peão” para Moscou (ALMEIDA, 2012). Em vista disso, passaram a apoiar os partidos pró-ocidentais e que apresentassem valores democráticos. Contudo, essas questões não foram favoráveis para as ideias de influência da Rússia na região. Apesar de terem tido apoio dos países ocidentais e terem sido consideradas como um passo importante para a democracia, elas representavam desestabilização do poder e de segurança para a Rússia (TSYGANKOV, 2016).

Em contraposição, a Rússia retoma as políticas de cooperação de organizações regionais, a exemplo da CEI e de tratados como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva entre Rússia, Belarus, Quirguistão, Tadjiquistão, Cazaquistão e Armênia (PECEQUILO, 2012). Além disso, o setor energético é utilizado como instrumento estratégico com o intuito de exercer poder frente não apenas das repúblicas do espaço pós-soviético, mas também diante do ocidente, expandindo a política do gás. Outro ponto marcante foi a triangulação com a Síria, Irã e Venezuela, denominados “Estados bandidos”, quando foram realizados exercícios militares em conjunto entre os países, indicando o perfil de autonomia seguido pela agenda de política externa russa. Ainda, junto com o restabelecimento da influência no seu espaço geopolítico e com as relações entre China e Rússia oficializadas

através da Organização para Cooperação de Xangai, Putin buscou aprofundar as relações com os países emergentes.

O Kremlin ressignifica o conceito de emergente e passa a utilizá-lo em benefício próprio fazendo parte do bloco das nações em ascensão, o BRICS (PECEQUILO, 2012). O interesse maior dessa aproximação aos BRICS estava relacionado à contenção dos avanços dessas nações, assim como dos EUA, assumindo um caráter defensivo no âmbito da política externa. Vale ressaltar que a Rússia vinha sofrendo pressões por parte dos EUA em termos geopolíticos, em destaque as negociações com a Ucrânia e Belarus, em 2008, para ingressarem à OTAN, que na visão de Putin levava a ideia de uma nova Guerra Fria, não compatível com os interesses russos. Dessa forma, o governo busca elaborar políticas de inserção em negociações multilaterais importantes em relação ao espaço eurasiático, como as Conversações das Seis Partes referentes ao processo de paz entre Israel-Palestina (PECEQUILO, 2012). No âmbito das relações bilaterais, permanecem as conversas com os EUA acerca da não proliferação de armas nucleares, que resultou em 2010 na assinatura do Novo START, o qual possuía o intuito de reduzir os arsenais nucleares acumulados durante a Guerra Fria.

Ao longo de seu segundo mandato, Putin entende que é necessário agir de maneira mais assertiva no campo da política externa, não somente em virtude da retomada de seu status de potência, mas também com o intuito de proteger o Estado das influências externas. O segundo mandato do presidente é marcado, ainda, pelo interesse na expansão e consolidação das organizações voltadas para a segurança coletiva dos países membros da CEI.

Dessa forma, Putin rompe com a ideia de que a integração com o ocidente deve ser prioritária em suas relações externas e busca priorizar a aproximação da Rússia com os países do seu entorno geográfico. A razão em priorizar o espaço pós-soviético se dá justamente pelo receio russo de perder a sua zona de influência e de deixar suas fronteiras em uma situação de vulnerabilidade. Em síntese, de acordo com os atuais princípios da política externa a influência russa no seu entorno geográfico é fundamental para garantir a sobrevivência e a preservação do Estado russo, além de garantir, por meio da sua principal matriz de desenvolvimento, a sua posição de ator com grande poder de influência na região.

3.2 A Política Externa da Federação Russa de 2012 a 2020

Vladimir Putin é eleito novamente presidente da Federação Russa em 2012, agora para um mandato com duração de seis anos. Nesse contexto, é publicado em 2013 um novo Conceito de Política Externa, cujos principais objetivos consistiam na garantia da segurança e da soberania do Estado, o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, bem como a manutenção do status de potência russa no sistema internacional. O novo Conceito destaca, ainda, o fomento às políticas de paz e segurança do país no âmbito internacional, declarando que devem ser realizadas ações coletivas visando a resolução de conflitos, levando em consideração a Carta das Nações Unidas (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

No que diz respeito às relações de Moscou com seu entorno geográfico, o conceito ressalta a importância em manter relações bilaterais e multilaterais sob o ponto de vista da soberania dos Estados. O documento considera, ainda, a relevância das relações com a Europa ocidental no campo político-econômico e energético. No campo multilateral a OCX, BRICS, Grupo dos Vinte (G20) e a ONU, por exemplo, são considerados essenciais para a atuação do país no sistema internacional, assim como também é considerado de interesse russo aproximar-se da região do Mar Negro e do Cáspio, do Atlântico-Pacífico, do Ártico e sem deixar de mencionar as regiões como América Latina, Oriente Médio e norte da África (CORRÊA, 2021). Em relação aos EUA, destacam-se as relações de cooperação para a limitação a armamentos estratégicos (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

Um dos principais motivos que geravam preocupação para a Rússia estava relacionado à expansão da OTAN seja para as repúblicas do espaço pós-soviético, seja em relação às instalações militares do bloco nas fronteiras russas. Em decorrência do golpe dado na Ucrânia que gerou a intensificação dos conflitos com o ocidente e levou a anexação da Crimeia⁶ pelo Estado russo, foi publicada, em 2014, uma Nova Doutrina Militar, a qual deixou expressa a desconfiança do país em relação às intenções do bloco na região. Isto porque, tanto para a Rússia quanto para a OTAN, a península da Crimeia é considerada como uma zona estratégica, de acordo com

⁶ A incorporação da região da Crimeia pela Rússia, decorre da possibilidade de perda do acesso russo à essa região, tendo em vista a expansão da OTAN e da EU à Ucrânia, provocando a fragilização da segurança nacional russa e dos interesses estratégicos do Estado russo. A região é considerada estratégica para Moscou, devido ao acesso direto aos mares quentes, sendo o Mar Negro e Mediterrâneo, fundamentais para o comércio internacional russo. (CORRÊA, 2021)

Corrêa,

Desde 2014, após os eventos do golpe na Ucrânia, que resultaram na incorporação da península da Criméia por parte da Rússia, a cooperação entre a Ucrânia e a OTAN foi intensificada em áreas sensíveis. A Ucrânia é considerada vital para os países da OTAN e para a Rússia, devido à sua acomodação nos principais gasodutos russos que transportam energia para a Europa e sua posição geográfica em termos de ser uma ponte entre a Rússia e a Europa. (CORRÊA, 2021, p.25-26)

Ainda em relação aos países vizinhos, o documento visa a intensificação e expansão da União Econômica Eurasiática (UEE) e da CEI, bem como o desenvolvimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). O conceito traz como parceiros fundamentais nas relações da Rússia Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

Um novo Conceito de Política Externa Russa é aprovado em novembro de 2016. Em resumo, são analisados e atualizados as prioridades e os objetivos da política externa do país, em busca de um comportamento mais assertivo dadas as mudanças presentes no sistema internacional. Nesse sentido, foram definidas como metas principais a consolidação do Estado russo em uma posição de país influente no mundo contemporâneo, bem como fortalecer o papel das mídias do país, visando uma circulação maior nos meios de comunicação mundial sobre os posicionamentos russos nos assuntos internacionais (FEDERAÇÃO RUSSA, 2016).

A partir da análise feita acerca dos principais documentos responsáveis por conduzir a Política Externa e de Segurança da Rússia é notório que, desde a primeira administração Putin, o Estado russo foi moldando a sua política externa conforme as mudanças iam ocorrendo no sistema internacional, a fim de conquistar e consolidar a sua posição de potência no cenário internacional constantemente argumentando em favor dos princípios de não ingerência nos assuntos domésticos dos Estados, de respeito à soberania e igualdade entre as nações (CORRÊA, 2021). Além disso, podemos observar que a garantia de influência no espaço pós-soviético não representa apenas a manutenção do seu status quo na região, para além disso, a influência russa na região significa a segurança e sobrevivência do Estado, principalmente em razão da expansão da OTAN e o alargamento da União Europeia. Nesse sentido, a consolidação do seu papel em organismos como CEI, OCS e OTSC auxiliam na manutenção da paz e na estabilidade das suas fronteiras e dos países

que compõem seu o entorno geográfico.

O lugar da Rússia entre as grandes potências já não era mais uma garantia que permitia a acomodação e passividade na política externa do Estado. Fizeram-se necessários a reestruturação e reajustes nas prioridades e objetivos do país. A Rússia concentrou suas ações em medidas a longo prazo, como nas correções das suas debilidades, na reconfiguração do cenário econômico, para que uma base sólida viabilizasse o desenvolvimento contínuo do país, bem como restituir sua imagem no âmbito internacional. Os reajustes feitos no setor econômico representaram um elemento de muita magnitude para as políticas do país, que acabou se tornando uma prioridade de segurança.

Em síntese, ao longo das últimas décadas, Putin buscou garantir a segurança do território russo através da política externa. Além disso, a preservação da soberania, a busca por uma posição consolidada na comunidade internacional, a busca por poder de influência nos assuntos internacionais com o intuito de formar uma ordem internacional estruturada à luz do Direito Internacional e fomentar condições para o desenvolvimento socioeconômico interno do país constituíram o escopo das políticas da administração de Vladimir Putin. É inegável o papel fundamental que a Federação Russa desempenha na ordem sistêmica, e pode ser considerado o grande poder duradouro do país, sobretudo frente à queda do domínio dos EUA no sistema internacional. O poder disruptivo da Federação Russa somente fortalece a sua importância nas transformações da esfera política mundial.

3.3 A Segurança Energética da Federação Russa

Os recursos naturais, como o petróleo e o gás natural, configuram-se como importantes elementos econômicos para a Rússia, mesmo durante a URSS. No entanto, devido a estrutura econômica durante o período soviético, o Estado mantinha-se isolado do restante do mundo e apenas na década de 1960 a estrutura sofre algumas alterações e a URSS dá início as exportações de petróleo, e mais tarde, na década de 1970, de gás natural (SKVORTSOV, 2019). Ainda que o processo de exportações tivesse sido iniciado, a economia soviética se encontrava em um estado de declínio, que somente teve as circunstâncias alteradas após a crise petrolífera de 1973, responsável pelo aumento dos preços do petróleo em 400%. Ainda, em 1979, a economia russa é mais uma vez favorecida, devido à crise petrolífera ocasionada

pela Revolução Iraniana, a qual pôs em conflito Irã e Iraque, dois dos então maiores produtores de petróleo, o que gerou a baixa na produção e o aumento dos preços. Segundo Skvortsov (2019),

Estas crises proporcionaram o aumento das receitas provenientes de exportação de matérias-primas num contexto, claramente, vantajoso e ajudaram a União Soviética a sustentar não só a economia, e permitiram lidar com a crise da agricultura, apresentando meios para poder importar, nesta área, e manter-se na corrida armamentista, ao lado dos E.U.A. (SKVORTSOV, 2019, p.25)

No entanto, mudanças substanciais não foram realizadas e a estrutura do sistema permaneceu na mesma circunstância. Nesse sentido, em 1986 ocorre um superávit comercial que provocou a queda nos preços do petróleo, impactando diretamente nas receitas do estado oriundo do setor energético (SKVORTSOV, 2019). A estagnação do sistema em vigência na época, dentre outros motivos, como a adoção das políticas *perestroika* e *glasnost*, levaram a dissolução da URSS em 1991.

O Estado, agora governado por Boris Léltsin, havia herdado o sistema de energia e a atrasada infraestrutura da extensa rede industrial da URSS. Nesse sentido, e de modo a desenvolver o setor energético, Léltsin considera a privatização das empresas a única solução. Dada a conjuntura, em novembro de 1992, é decretada por parte do governo a privatização das três maiores companhias petrolíferas da Rússia, Lukoil, Yukos e Surgut (SKVORTSOV, 2019). O controle das empresas, no entanto, ficaria nas mãos do Estado por um período transitório de três anos. De acordo com Skvortsov (2019)

Enquanto a Lukoil reorientou o seu modelo de funcionamento, e rapidamente entrou nos mercados dos antigos países-membros da União Soviética, e posteriormente, do resto do mundo, conseguindo sempre atrair um investimento estrangeiro, por outro lado, a Surgut tinha escolhido em seguir uma Estratégia, exclusivamente, nacional e centrada no mercado interno. (SKVORTSOV, 2019, p.26)

A abertura econômica da Rússia para o mercado mundial alcançou, através das privatizações, investimentos de grandes empresas ocidentais, a exemplo da ExxonMobil, Shell e BP. A companhia Exxon investiu em dois grandes projetos no país, o Sakhalin e Sakhalin-2 e que, segundo Skvortsov (2019, p.27), “levaram mais de uma década para estarem completos até que existissem condições de estabelecer a produção máxima e exportar a energia, o que custou no total cerca de 7 e 20 mil milhões de dólares, respetivamente”. No entanto, as medidas adotadas por Léltsin não geraram os efeitos positivos esperados no âmbito econômico, uma vez que a “Terapia de Choque” beneficiou os oligarcas e representou o insucesso para o Kremlin.

Em decorrência da má condução da administração, Léltsin renúncia ao cargo de presidente em 1999 e Vladimir Putin, então primeiro-ministro, assume a presidência do país. Na esfera econômica, Putin buscou retomar o controle das empresas de gás do país por considerar o setor energético como elemento fundamental para o projeto nacional de desenvolvimento econômico,

[...] O desenvolvimento sustentável da economia russa no curto prazo deve se basear no crescimento sistemático de seus setores desenvolvidos e, acima de tudo, em seu potencial de recursos minerais. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável baseado em recursos naturais significa garantir a segurança econômica do país através da criação de uma base confiável de recursos naturais para atender às necessidades atuais e futuras da economia da Rússia, levando em consideração fatores ecológicos, sociais, demográficos, de defesa e outros. (PUTIN, 2006, p. 49 tradução nossa)⁷

Os recursos naturais são considerados por Putin muito além de apenas um elemento econômico, eles representam questões de interesse nacional, assim como instrumento de poder relativo, não podendo ser compreendida somente sob a ótica do mercado, uma vez que essa não representa unicamente a estratégia nacional (ALVARES, 2020). Nesse sentido, o presidente realiza a regularização do setor, para que tivesse capacidade de atender a um projeto nacional e, assim, submeter os interesses do mercado ao interesse nacional, principalmente por meio das estatais Gazprom, Rosneft, Transneft e Gazpromexport (PUTIN, 2006; ALVARES, 2020). Como já analisado nos capítulos anteriores, dentre os principais objetivos de interesse nacional da administração Putin estava a recuperação do seu status de potência tanto a nível regional quanto a nível internacional e, nesse contexto, os recursos energéticos do país caracterizavam-se como um instrumento de barganha fundamental no âmbito da política externa. Um dos mais importantes feitos das administrações Putin-Medvedev, segundo Fiori (2017), foi conseguir utilizar o petróleo e o gás como um dos principais instrumentos de projeção de poder do Estado russo na Europa e na Ásia.

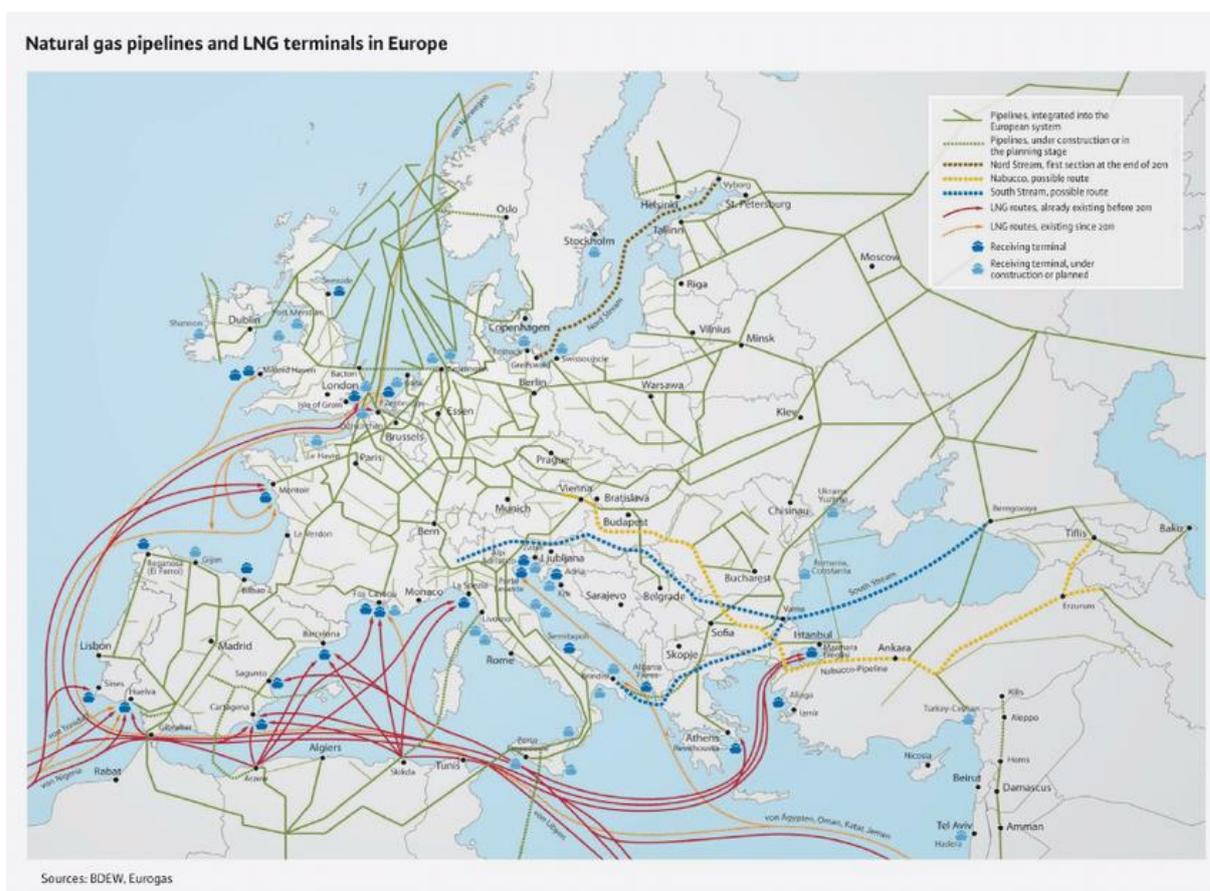
Devido à grande dependência europeia do gás russo e da crescente demanda referente aos recursos energéticos por parte dos países asiáticos, a Rússia assume um papel significativo na geopolítica dos dutos e visa o controle dos fluxos de óleo e gás na região da Ásia Central formando, assim, uma ponte energética na Eurásia

⁷ Do original inglês: Sustainable development of Russia's economy in the near term must be based on systematic growth in her developed sectors, and, most of all, on her mineral resource potential. In this regard sustainable development based on natural resources means guaranteeing the economic security of the country through creating a reliable natural resource base to meet the current and future needs of Russia's economy, taking into consideration ecological, social, demographic, defense and other factors. (PUTIN, 2006, p.49)

(ALVARES, 2020). O intuito russo era de tentar conter, ou ao menos equilibrar as tentativas ocidentais de assumirem o controle desses fluxos, em particular no Oriente Médio e Ásia Central. A exemplo das investidas geopolíticas por parte dos países ocidentais, podemos citar o Projeto Nabuco em parceria com a Turquia, que tinha como intuito o transporte de gás natural da região central da Ásia para a Europa, mas sem a necessidade de passar pelos gasodutos russos. No entanto, o projeto não obteve êxito, e o transporte de gás é realizado por meio do gasoduto Turkstream, da Rússia (ALVARES, 2020).

Apesar disso, a Rússia vem obtendo sucesso quanto ao controle de fornecimento de gás para a Europa. Se por um lado isso se configura como uma posição de vulnerabilidade para o continente europeu, por outro, significa um importante instrumento da política externa da Federação Russa. Nesse sentido, e com a redução progressiva do uso de gás carbônico, ocorre o aumento do consumo de gás natural, principalmente na Europa. Contudo, a dependência do gás representa para a União Europeia uma situação problemática, já que em situações como a anexação da Criméia (2014), por exemplo, tende a apoiar as sanções impostas a Rússia, mas é dependente do país para o abastecimento de gás do seu continente. Como demonstra a figura 1 acerca da infraestrutura dos dutos russos no Leste da Europa.

Figura 1: Gasodutos russos no Leste da Europa.



Fonte: BDEW, Eurogas

Nesse contexto, o dilema europeu quanto às relações com a Rússia, principalmente após a crise na Ucrânia, serviu de sinal para o governo russo no tocante à sua dependência econômica da Europa. Ou seja, ao passo que opera para permanecer no controle dos fluxos da Ásia central e, por consequência, no controle do abastecimento do ocidente, Putin desenvolve novos acordos de fornecimento para a China e para o Pacífico (ALVARES, 2020). A partir disso, foi realizada a construção de três novos dutos: “NordStream2”, o “TurkStream” e o “Power of Siberia”. O primeiro segue o percurso do NordStream, através do Mar Báltico, com acesso direto à Alemanha, o segundo atravessa o Mar Negro e liga à Turquia e o último, liga à China e o Pacífico, inaugurado em 2019. Segundo dados da Gazprom (2018), a Alemanha e a Turquia configuram a primeira e a segunda posição na Europa em relação ao recebimento de gás.

4. A PARCERIA ESTRATÉGICA COM A CHINA

O capítulo a seguir tem como objetivo realizar uma breve análise acerca do importante papel configurado pela China no âmbito da política externa da Rússia. Para tal, apresenta-se os principais acordos realizados com Pequim que possibilitaram os investimentos nas infraestruturas energéticas russas para o desenvolvimento e expansão desse setor, assim como identifica-se a relevância da demanda chinesa por recursos energéticos russos. A questão energética foi o principal fator de aproximação das relações sino-russas, resultando na cooperação estratégica existente. O capítulo é dividido entre duas seções, sendo a primeira em relação ao histórico das relações entre os países, e a segunda, referente à Cooperação Energético sino-russa.

4.1 Uma breve análise das relações sino-russa no pós-Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria, na primeira metade da década de 1990, os laços entre a Rússia e a China apresentaram uma mudança estrutural. Enquanto a República Popular da China passou a apresentar uma economia mais dinâmica e diversificada, buscando atrair investimentos estrangeiros e desenvolvendo grandes conglomerados industriais, o que possibilitou o aumento das exportações, o avanço no campo tecnológico e o crescimento da renda, a Rússia, em contrapartida, enfrentava dificuldades econômicas em virtude do desarranjo da estrutura produtiva, se tornava gradativamente mais dependente de commodities e dependente das privatizações feitas nos mais diversos campos da economia (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011). Tal conjuntura foi responsável por remodelar os interesses no que se refere a aproximação, ou distanciamento, entre os países.

Sob o ponto de vista de Pequim, a reaproximação com a Rússia estava diretamente ligada a dois aspectos: o geopolítico e o geoeconômico. Da perspectiva geopolítica era de interesse, por parte da China, manter relações com um país que possuísse um arsenal militar muito amplo e, assim, auxiliar na modernização das forças armadas do país. Já sob o aspecto geoeconômico, era interessante a reaproximação com a Rússia visto a crescente demanda chinesa por recursos energéticos, os quais Moscou dispunha grande capacidade de fornecimento, sendo considerados necessários para o desenvolvimento do país (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011).

No entanto, para a Rússia, a reaproximação com a China possuía um caráter estratégico no que se refere à contenção da influência de grupos políticos divergentes a administração do então presidente Boris Léltsin. Nesse sentido, a busca pelo fortalecimento das relações parte de pressões domésticas dos nacionalistas, que viam as relações com a China como uma oportunidade de equilibrar a influência dos EUA no sistema internacional. A falta de recursos para o desenvolvimento do campo militar, assim como da indústria russa, foram outros motivos que levaram à reaproximação dos países. Além disso, segundo Romano (2010), a Rússia buscava a diversificação dos seus mercados, sobretudo para países como China, Japão, e Coreia do Sul, sem deixar de lado mercados como os dos EUA.

Contudo, o histórico das relações sino-russas é marcado por momentos de divergências e de complementaridades que indicam conflitos implícitos em relação ao poder de influência regional dos países,

De um lado, a China tem conduzido a relação dos dois países, submetendo a estrutura do comércio e dos investimentos aos seus interesses econômicos e políticos – modernização do setor militar e suprimento da energia para continuar o desenvolvimento de sua indústria – e, de outro, a Rússia tem procurado sustentar sua autonomia não apenas do seu poderio militar e energético – únicos setores nos quais a Rússia conseguiu manter certo dinamismo –, mas também à sua capacidade de influenciar regiões vizinhas à China. (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2010, p.211)

É válido destacar que em decorrência da dissolução da URSS as possibilidades para o aumento da influência dos EUA e da China na região da Ásia Central eram maiores. Em vista disso, pela influência que a Rússia exerceu nessa região durante a Guerra Fria, devido aos países serem ex-repúblicas soviéticas, Moscou assume um importante papel na região da Ásia Central. Ou seja, ainda que tenha ocorrido a queda da URSS e a presença de outras áreas de influência, a Rússia continuou sendo uma figura de bastante relevância no que se refere a condução das políticas dos países da Ásia Central e Leste Europeu, sendo capaz, ainda, de agir em prol das suas relações com os EUA e a China (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011).

Ainda, a queda da URSS, possibilitou o fortalecimento das relações de Moscou com Pequim, sobretudo após os episódios de expansão da OTAN na região de Kosovo que foram apoiados pelos EUA. A solução encontrada por Léltsin, a fim de conter os avanços da influência norte-americana na região do espaço pós-soviético, no âmbito da política externa, se deu através da constituição de novas parcerias estratégicas, como é o caso da China. Nesse sentido, a cooperação entre a China e a Rússia teve

como foco principal as questões regionais, a exemplo da primeira cúpula dos “Cinco de Xangai” em 1996, que contava com a participação da China, Rússia, Quirguistão, Cazaquistão e Tadjiquistão, cujo principal assunto era referente às delimitações das fronteiras (GABUEV, 2011).

Por outro lado, a Guerra do Golfo Pérsico deixou em evidência o atraso na estrutura do Exército chinês, tendo em vista o armamento e as novas tecnologias utilizadas por parte dos EUA. Isto fez com que o governo chinês investisse e ampliasse o orçamento militar, principalmente através das relações políticas e comerciais do país com a Rússia, a fim de atrair investimentos no campo militar e modernização para o Exército (LEÃO, 2010). Dessa forma, ocorre uma maior aproximação entre China e Rússia nas áreas políticas e econômicas. Contudo, o estreitamento das relações sino-russas provocou reações nos EUA, como o esforço em ocupar as lacunas deixadas após a dissolução da URSS por intermédio da OTAN (KUCHINS, 2007).

Entretanto, a participação da Federação Russa na GWT somado a assinatura de um acordo que concedia a permissão das tropas militares norte-americanas na Ásia Central, acabou não agradando os chineses (NORLING, 2007). Ocorre um leve distanciamento das relações entre os países, e uma gradual aproximação da Rússia com os EUA,

Como resultado direto desse movimento, estabeleceu-se um engajamento de iniciativas militares entre Rússia e Estados Unidos, entre as quais destacaram-se: a permissão do governo russo para entrada da Otan nos Estados Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia); o acordo entre Estados Unidos e Rússia para remoção do Tratado Antimísseis Balísticos (Anti-Ballistic Missile Treaty – ABMT); e o aceite para que as forças militares norte-americanas ingressassem na Geórgia. Assim, como durante a Guerra Fria as relações sino-russas foram desfavorecidas pela aproximação entre China e Estados Unidos, no pós-Guerra Fria elas seriam desaquecidas – embora não interrompidas – pela aproximação, dessa vez, entre Rússia e Estados Unidos. (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011, p.215)

Ocorre a retomada das relações sino-russas a partir de 2003, quando Hu Jintao assume o cargo de secretário geral do Partido Comunista da China (PCC). A reaproximação dos países durante o período não significava apenas uma retomada das políticas externas de Hu Jintao e de Vladimir Putin, representava sobretudo as mudanças no âmbito geopolítico, fomentadas em sua maioria pelos EUA. Dessa forma, Rússia e China intensificam a cooperação política também a nível internacional, uma vez que ambos se opuseram as guerras no Afeganistão e Iraque e a presença militar dos norte-americanos na Ásia Central,

Em primeiro lugar, observou-se um grande suporte dos Estados Unidos na realização das Revoluções Coloridas nas antigas repúblicas soviéticas,²³

passando a ameaçar a capacidade de influência russa nessas regiões. Em segundo lugar, a entrada dos Estados Unidos no Iraque, por meio da Operação de Liberdade Iraquiana (Operation Iraqi Freedom), não foi aprovada pelos líderes chineses e russos, dadas suas políticas de não intervenção nos sistemas políticos de outros países. (NOZAKI, LEÃO; MARTINS, 2011, p.215)

Dada a conjuntura, a reaproximação dos países foi fundamental para a aceleração do processo de desenvolvimento da indústria chinesa. Tal processo demandou uma quantidade significativa de bens energéticos da Rússia e expandiu a oferta de produtos manufaturados pouco elaborados e mais complexos para o mercado russo. No entanto, foi necessária atuação do Estado russo em prol da recuperação econômica, principalmente por meio na reformulação da política fiscal no setor de commodities, para que assim fosse possível aumentar as exportações do petróleo e do gás, ocasionando a ampliação das importações de bens industrializados (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011).

A China consegue alcançar novos mercados exportadores graças ao processo de transformação pelo qual a indústria passou, como a modernização das empresas estatais e do fortalecimento e expansão das indústrias nacionais de tecnologia, mas que, no entanto, demandavam uma maior quantidade de insumos energéticos. Em termos geopolíticos, a China passa a assumir uma responsabilidade maior após a aproximação com a Rússia, devido a necessidade de posicionamento em conflitos relacionados as questões territoriais e políticas, fazendo com que Pequim busque fomentar as estratégias do setor militar do país.

Esses elementos, sejam a partir de uma perspectiva política e econômica nacional, ou da esfera geoeconômica e geopolítica, foram responsáveis por definir as articulações entre China e Rússia. Nesse sentido, o perfil articulado entre as potências é representado por meio do comércio exterior realizado entre eles que, segundo Gabuev (2015, p.2), “em 2008, o comércio havia aumentado para US\$ 55,9 bilhões, com uma taxa média de crescimento de 37% entre 2002 e 2008”.⁸

Em síntese, as relações entre a Rússia e a China foram marcadas ao longo dos anos por períodos de aproximação e distanciamento, mas nunca de ruptura em suas parcerias. Após a Guerra Fria, a relação entres estes se desenvolveu e avançou em vários aspectos, como político e econômico, sobretudo em decorrência das mudanças na ordem do Sistema Internacional, sendo esse período de pós guerra um momento

⁸ Do original inglês: By 2008, trade had increased to \$55.9 billion, with an average growth rate of 37 percent between 2002 and 2008.

de adaptação a essa nova estrutura. Os anos subseqüente marcam, portanto, a melhoria significativa dessa relação.

4.2 A Cooperação Energética sino-russa

A virada do século, como já vimos nos capítulos anteriores, mostrou uma mudança de postura em relação a política externa da Rússia em direção ao Oriente, que representam três objetivos principais nesse âmbito: inicialmente de natureza geopolítica, voltando-se para a periferia do heartland; posteriormente, a busca pelo equilíbrio na balança de poder mundial, tendo como intuito a multipolaridade, por meio da aproximação com a China e com os países do Sul Global, bem como a consolidação da região da Eurásia como polo de poder; e por fim, uma postura defensiva de política externa, analisando as oportunidades existente na região, frente às ameaças que as relações com o ocidente representavam, tanto em relação ao desenvolvimento quanto soberania do país (ALVARES, 2020).

Sob a perspectiva do governo russo, pelo fato de os EUA terem adquirido um poder não balanceado com o fim da Guerra Fria, as relações com o ocidente eram consideradas voláteis. Nesse sentido, havia a necessidade de equilibrar esse poder com o intuito de preservar a segurança nacional, por meio da ampliação de seu poder nacional, assim como formar parcerias com Estados que se encontrassem em situação semelhante (WALTZ, 2000). Nesse contexto, a China apresentava-se como um importante parceiro para o fortalecimento do poder nacional russo e para a formação de alianças na busca pela multipolaridade.

Além de possuírem um adversário em comum, a Rússia e a China compartilham de uma mesma percepção no que se refere a construção de um equilíbrio de poder nas relações internacionais, procurando reduzir a influência de potências de fora da região eurasiática, principalmente dos EUA. Acerca disso, Jacob Strokes entende que a aproximação entre os dois países é “uma visão política compartilhada da ordem mundial [...] pelo desejo de ver o fim da primazia dos EUA, e em seu lugar a multipolaridade” (STROKES, 2017 apud LUKIN, 2018, p. XIV tradução nossa)⁹. Dessa forma, Moscou passa a considerar como prioridade as relações com

⁹ Do original inglês: “A shared political vision for world order provides [...] by the desire to see an end to US primacy, to be replaced by multipolarity.” (STROKES, 2017 apud LUKIN, 2018, p. XIV)

Pequim,

A China e a Federação Russa compartilham posições em uma ampla gama de questões internacionais e aderem a princípios semelhantes. Refiro-me, acima de tudo, ao nosso objetivo de manter e fortalecer o mundo multipolar, nossos esforços conjuntos para preservar o equilíbrio estratégico e o equilíbrio no mundo e promover o desenvolvimento pacífico, progressivo e eficaz de ambos os nossos estados. (PUTIN, 2000 apud LUKIN, 2018, p.81)¹⁰

Nesse sentido, podemos observar que a multipolaridade configura um dos principais objetivos compartilhado por ambos os países, que visa não apenas o equilíbrio de poder, mas também o desenvolvimento nacional, em oposição a conjuntura do sistema no pós-Guerra Fria, que era de unipolaridade. Foi assinado, assim, o Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação¹¹, em 2001, onde os países ratificam as normas e valores que devem orientar as relações, fundamentado nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Um dos principais pontos do Tratado era em relação a “manutenção do equilíbrio e estabilidade das estratégias globais” (TREATY, 2001). O Tratado tinha como propósito, ainda,

cooperar em áreas como economia e comércio, [conhecimento] militar, ciência e tecnologia, recursos energéticos, transportes, energia nuclear, finanças, aeroespacial e aviação, tecnologia da informação e outras áreas de interesse comum. Devem promover a cooperação econômica e comercial nas zonas fronteiriças e regiões locais entre os dois países e criar as condições necessárias e favoráveis a este respeito [...] (TREATY, 2001 tradução nossa)¹²

Contudo, devido a fatores históricos e geográficos, existem muitos questionamentos e desconfianças sobre as relações sino-russa. Pela imensa fronteira territorial de mais de 4.200km compartilhada, a qual já foi cenário de grandes conflitos desde o século XIX,

“[como] durante os anos da Guerra Fria, quando os conflitos na região da Manchúria e os tratados de paz e amizade da União Soviética com os vizinhos da RPC acarretaram o rompimento das relações sino-soviéticas e a aproximação chinesa com os Estados Unidos, acontecimento que contribuiu para o término da Guerra Fria e vitória americana” (ALVARES, 2020, p.42).

¹⁰ Do original inglês: China and the Russian Federation share positions on a wide range of international issues and adhere to similar principles. I am referring, above all, to our goal of maintaining and strengthening the multi-polar world, our joint efforts to preserve strategic equilibrium and balance in the world and to promote peaceful, progressive and effective development of both our states. (PUTIN, 2000 apud LUKIN, 2018, p.81)

¹¹ Para uma melhor compreensão ler a íntegra do tratado: <https://www.voltairenet.org/article173177.html>

¹² Do original inglês: cooperation in such areas as economy and trade, military know-how, science and technology, energy resources, transport, nuclear energy, finance, aerospace and aviation, information technology and other areas of common interest. They shall promote economic and trade cooperation in border areas and local regions between the two countries and create necessary and favorable conditions in this regard [...] (TREATY, 2001).

Nesse cenário, autores como Bobo Lo (2014), entendem que o histórico de disputas entre os dois países não contribui para uma parceria sólida, visto que Moscou tem a intenção de tornar-se uma potência na Ásia, mas que, no entanto, não se beneficiaria como Pequim com a parceria. Ainda assim, especialistas como Dmitry Nokivok (2015 apud ALVARES, 2020), entendem que a aproximação russa com a China seria favorável na disputa entre Washington e Pequim em relação às zonas de influência na Ásia-Pacífico.

Além disso, outro ponto de divergência descrito nas relações refere-se ao sucesso do modelo econômico chinês e, por consequência, a ascensão chinesa no sistema internacional, que acabam gerando assimetria de poder na Ásia. Dessa forma, Pequim é percebida pelos demais países da região como uma ameaça e, no quadro russo em particular, em relação a Ásia Central. O entorno geográfico russo, considerado estratégico para o país, possui vastas reservas energéticas e configura uma importante conexão entre Ásia e Europa. Nesse sentido, o receio de Moscou é quanto à uma maior influência por parte da China na região, seja em relação aos investimentos nas infraestruturas, seja em relação ao comércio de gás, assim como pela influência da OCX, que possa afetar as suas relações históricas com a Ásia Central (ALVARES, 2020). Contudo, as circunstâncias na ordem do sistema foram sofrendo alterações e permitindo que uma unidade política na região fosse formada. Em vista disso, os interesses econômicos que ambos os países compartilhavam foram reduzindo as chances de possíveis conflitos. Segundo Eder, “os benefícios geopolíticos e econômicos relacionados a esse status quo certamente constituem um tremendo incentivo para não permitir que interesses conflitantes entrem em erupção em confrontos abertos.” (EDER, 2014, p. 130 apud ALVARES, 2020, p. 43).

Com os conflitos entre a Ucrânia e a Rússia em 2014, envolvendo a anexação da Criméia, diminui a percepção de “ameaça” que Pequim representava para Moscou, visto que agora o ocidente significava uma maior preocupação para a Federação Russa. Os interesses em comum em prol da estabilidade política e de desenvolvimento regional, com o propósito de evitar o fortalecimento de grupos separatistas e extremismos religiosos, guiam as atuais relações entre a Rússia e a China.

Após o fim da Guerra Fria, as ameaças do ocidente à Moscou passam a se tornar recorrentes, principalmente após 2014, o que incentivou as cooperações com a China a serem cada vez mais aprofundadas. Para Putin, as relações de parceria

com a China representam oportunidades fundamentais em relação ao poder de influência e desenvolvimento do Extremo Oriente russo,

Em primeiro lugar, estou convencido de que o crescimento econômico da China não é de forma alguma uma ameaça, mas um desafio que possui um potencial colossal de cooperação comercial - uma chance de pegar o vento chinês nas velas da nossa economia. Deveríamos procurar formar mais ativamente novos laços cooperativos, combinando as capacidades tecnológicas e produtivas de nossos dois países e aproveitando o potencial da China - judiciosamente, é claro - para desenvolver a economia da Sibéria e do Extremo Oriente russo. (PUTIN, 2012 apud ALVARES, 2020, p.45)

No que tange aos objetivos, além dos supracitados, a virada para o leste por parte da Rússia visa a ocupação e o desenvolvimento da Sibéria e do Extremo Oriente, assim como um maior poder de influência na região da Ásia-Pacífico por parte de Moscou, buscando uma integração Eurasiática mais abrangente. Além da integração dar um lugar de destaque para a Rússia na região, o projeto visa, ainda, colocar o país frente as possibilidades geradas a partir do novo polo econômico definido pela Ásia.

A Rússia é a segunda maior produtora de gás natural do mundo e a terceira maior de petróleo de acordo com a Agência Internacional de Energia (2016)¹³, e como já apresentado nos demais capítulos, os recursos energéticos são os principais elementos no que se refere ao desenvolvimento nacional do país, além de representarem importantes instrumentos geopolíticos para a Rússia. Nesse sentido, Moscou entende que a parceria energética com Pequim é essencial tanto para diminuir a dependência existente da demanda europeia por gás, quanto para organizar a oferta destes recursos às demandas chinesas e aos outros países da região, principalmente por meio dos projetos entre as estatais de ambos os países (BRATERSKY, 2018). Para além disso, a Rússia deseja formar a “Grande Eurásia” ou “Eurásia Expandida” por meio da união dos projetos de integração russo e chinês,

No que concerne à sua principal matriz de desenvolvimento - o setor energético - a proposta pode possibilitar à Rússia uma melhor articulação na geopolítica dos dutos, dando à região maior poder de barganha se coordenado junto a outros atores - como Irã e China - a partir de uma estratégia regional, que também passa pelo comércio dos recursos energéticos em moeda nacional (e não em dólar). (ALVARES, 2020, p. 87)

A ação conjunta entre importantes produtores energéticos, nesse caso Rússia e Irã, e de grandes consumidores, Índia e China, trona-se fundamental não apenas devido aos interesses estratégicos, mas auxilia na redução do controle dos fluxos energéticos por parte do ocidente, o qual caracteriza um importante instrumento de

¹³ Dados do site, disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=RUS>

poder dos EUA (ALVARES, 2020) e que, nesse contexto, possibilita à Rússia conquistar a posição de principal ator com grande poder de influência na região.

As sanções impostas ao Irã por parte das ofensivas realizadas pelos EUA, acabaram contribuindo para a aproximação da China e Rússia. Nesse sentido, um dos principais objetivos em comum das duas nações seria atuar na diminuição da importância da moeda norte-americana acerca das compras e vendas de petróleo e gás, fazendo com que os contratos sejam feitos com as moedas dos países. A crise envolvendo a Rússia e a Ucrânia em 2014 deixaram essas constatações ainda mais evidentes, uma vez que Moscou sofre consequências significativas no âmbito econômico devido as sanções impostas por parte do ocidente, deixando visível os riscos que corria se permanecesse dependendo da demanda europeia.

A complementaridade energética entre os dois países pode ser observada a partir das exportações feitas por Moscou, em 2016, sendo a maior fornecedora de petróleo para Pequim, superando a Arábia Saudita. Enquanto Pequim, em 2017, foi a maior importadora de petróleo do mundo (ALVARES, 2020). A fim de garantir uma maior participação da China em relação as exportações de energia da Rússia, acordos foram estabelecidos, principalmente no que se refere aos investimentos para a ampliação dos dutos que ligam a Ásia ao Oceano Pacífico. Nesse sentido, o porto petrolífero Kozmino foi inaugurado, em 2009, que segue para o oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico (ALVARES, 2020). Os investimentos chineses no campo energético russo atingiram 5,7 bilhões de dólares em 2017, apenas no setor de óleo e gás da Federação Russa (AMIGHINI, 2019). Representando, portanto, metade dos investimentos chineses no país.

Ainda em 2014, a Gazprom e a CNPC, estatais da Rússia e China, estabeleceram importantes acordos, os quais possuem durabilidade de 30 anos, que visavam a construção do gasoduto “Poder da Sibéria 1”. O acordo prevê a modificação no que tange a distribuição do mercado de gás russo, em especial para o leste. O gasoduto teve sua inauguração em 2019, e em termos de extensão possui cerca de 3 mil quilômetros, com capacidade de fornecimento de 38 bilhões de metros cúbicos anuais para a China (ALVARES, 2020).

Outros projetos além do “Poder da Sibéria 1” contaram com os investimentos chineses,

[...] o Yamal LNG e o Artic LNG 2. O Yamal LNG estima uma produção de 16,5 milhões de toneladas por ano de gás natural liquefeito e já está em funcionamento desde 2017. O Artic LNG 2 tem seu campo de extração

localizado na Península de Guyan, no norte da Sibéria e terá capacidade de produção de 18,9 milhões de toneladas por ano de gás liquefeito. (ALVARES, 2020, p. 88)

Os dois projetos representam uma importante capacidade para o desenvolvimento de produção e exploração de óleo e gás, assim como para o desenvolvimento da Rota Marítima do Norte, o qual iria percorrer o caminho em direção ao noroeste europeu ao Estreito de Bering, por meio do Ártico, passando pelas águas russas. O projeto possui forte caráter geopolítico e de segurança nacional, indo além de apenas interesses comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presidente Vladimir Putin observa no setor energético a maneira mais favorável para a recuperação da posição de potência no âmbito internacional. A fim de recuperar a economia da crise profunda que o Estado russo se encontrava durante a década de 1990 e retomar o seu lugar de influência, Putin busca reassumir o controle estatal sobre as empresas do setor energético e utilizando as companhias energéticas a favor dos interesses nacionais.

Dentre as estratégias do governo para a política energética do país estavam reestatização do setor energético que haviam sido privatizadas durante o período léltsin, o desenvolvimento do campo energético visando a maximização das suas capacidades e, por fim, a utilização dos recursos energéticos na política externa como instrumento de projeção de poder, não visando apenas manter sua esfera de influência sob as ex-repúblicas soviéticas e longe da esfera de influência da OTAN, mas para além disso, de poder aprofundar suas relações com países importantes no que tange às suas estratégias econômicas e políticas, como é o caso da aproximação com a China.

Embora os países da Europa representem grande porcentagem em relação as importações de recursos energéticos feitas da Rússia (cerca de 75% de gás natural, quase 60% de petróleo e 46% de carvão exportados pela Rússia), ao analisar as exportações feitas para a China, o país supera os países europeus, estando em primeiro lugar nas importações de petróleo russos com 18% e cerca de 10% das exportações russas de carvão são destinadas a China. Além disso, Moscou se destaca por ser uma das mais importantes fontes de petróleo para Pequim, superando

a Arábia Saudita.

Nesse sentido, a cooperação energética entre China e Rússia representam o principal elo das relações entre os países. Se por um lado Pequim busca maior acesso aos recursos energéticos, com o propósito de assegurar o crescimento da economia interna, por outro, Moscou busca preservar a demanda energética chinesa e os investimentos realizados por ela na infraestrutura do setor. Além disso, as relações têm evoluído dada a necessidade de diversificação de mercados do campo energético de ambos os países, isso porque, grande parte das exportações russas são designadas à Europa, não sendo o ideal para uma economia que possui um mercado demasiadamente concentrado, além dos danos causados pelas sanções impostas pela União Europeia em conjunto com os EUA logo após a crise da Ucrânia em 2014, deixando evidente a necessidade de expandir o setor energético para novos mercados. Já as importações realizadas pela China são provenientes da África Ocidental e Oriente Médio, e o transporte feito por meio de rotas marítimas que cruzam o Estreito de Malaca, considerado um espaço vulnerável devido aos conflitos existentes da China no Mar do Sul, constituindo uma área de risco para a segurança energética chinesa.

Nesse contexto, os países buscam fortalecer os laços por meio de acordos no âmbito energético. A cooperação energética foi responsável por aprofundar as relações sino-russas, principalmente em questões econômicas e comerciais, levando ainda a parceria para níveis políticos e de segurança no que tange os interesses em comum. O apoio mútuo entre os dois países em questões como a da Ucrânia, sobretudo com os casos recentes de invasões por parte da Rússia no território ucraniano, são exemplos da intensificação das relações e da importância econômica que a China representa para o Estado russo e para seus interesses.

Portanto, pode-se considerar que a parceria sino-russa é caracterizada como uma parceria estratégica, levando em consideração que essa cooperação foi responsável por ampliar essas relações para além de apenas uma complementaridade econômica, fazendo-os convergir em vários aspectos. Pequim configura um importante ator tanto na política externa quanto na política energética de Moscou. Além de diversificar a demanda energética do país, foi responsável pelos investimentos realizados na infraestrutura dos dutos. Tais incentivos representaram uma alternativa às instituições financeiras ocidentais para a Rússia, trazendo a possibilidades de um maior campo de ação para o país, sobretudo nas questões que

envolvem a expansão da OTAN, as sanções impostas pelos EUA e a crise da Ucrânia.

Nesse sentido, a pesquisa buscou apresentar que os recursos energéticos configuram importantes instrumentos de política externa e foram responsáveis pela reinserção russa no cenário internacional, uma vez que viabilizou a recuperação econômica do país e transformou o setor energético em poder de barganha na política internacional. A utilização dos recursos energéticos como ferramenta de política externa permitiu a manutenção da zona de influência russa no espaço pós-soviético, bem como estabeleceu importantes parcerias, como o caso chinês. Além de concluir que a relações entre os países configuram uma cooperação estratégica, conclui-se ainda que os recursos energéticos são importantes instrumentos da política externa da Rússia e utilizados dentro destas a fim de projetar poder no seu entorno geográfico, corroborando a hipótese inicial que orientou a pesquisa. Por fim, importa destacar o papel central realizado pelo presidente Vladimir Putin, enxergando a indústria energética como principal caminho para o alcance de seus resultados, construído políticas visivelmente de estado e não apenas de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. **O Renascimento de uma potência?** a Rússia no século XXI. Organizador: André Gustavo de Miranda Pineli Alves. – Brasília: Ipea, 2012. 206 p.

ALBUQUERQUE, Fernanda Patrícia Silva et al. **A política energética russa no Governo Putin-Medvedev (2000-2018)**. 2019.

ALMEIDA, Laryssa Cristinne Ferreira de. **Todas as Rússias**: o ideário motivador das invasões militares da Geórgia e da Ucrânia. 2018. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34761>> Acesso em: 10 dez 2021.

ALVARES, Ticiania de Oliveira. **Rússia e China: uma parceria estratégica em busca da multipolaridade**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, 2020. 133 p.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Ed.). **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Ipea, 2011.

AMIGHINI, Alessia. **Russia and China: The Progressive Building of a Major Trading Bloc**. In FERRARI, A; AMBROSETTI, E. *Russia and China – Anatomy of a Partnership*. ISPI, 2019, disponível em

AMINEH, Mehdi Parvizi and HOUWELING, Henk (ed.). **Central Eurasia in Global Politics- Conflict, Security and Development**. Leiden-Boston: Brill, 2nd Ed., 2005.

ANCIOLY, Luciana; LIMA, Luis Afonso Fernandes; RIBEIRO, Elton. **Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas**. Brasília : Ipea, 2011. 204 p.

BEKKEVOLD, Jo Inge; LO, Bobo (Ed.). **Sino-Russian relations in the 21st century**. Springer, 2018.

BEZERRA, Valdir Silva. **Condição e desafios da economia russa atual: uma**

avaliação da Era Putin e a situação pós-2014: Condition and challenges of the Russian economy: an evaluation of Putin's Era and the situation post-2014. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 9, n. 1, p. 202-215, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2237-7743.2020.v9n1.11.p202>> Acesso em: 10 set 2021.

BIANCO, Matheus Ibelli. **Entre identidade e geopolítica:** a transição de política externa da Rússia durante o governo Iéltsin (1992–1998). Orientador: Andrés Haines. 2019. 89 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/224767> Acesso em: 11 nov 2021.

BISSIO, Beatriz. **Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 9, n. 3, p. 532-553, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.15175/1984-2503-20179308>> Acesso em: 24 jul 2021.

BOOTH, Ken. **Teorias e Práticas da Segurança no séc. XX:** Sequência Histórica e Mudança Radical. Nação e Defesa, 2001. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1439> 10 jun 2021.

BRATERSKY, Maxim. **Russia's Pivot to Asia:** Situational Interest or Strategic Necessity? Asian Politics & Policy, 2018.

BUZAN, Barry. **Rethinking security after the Cold War.** Cooperation and Conflict, V. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Slippery? Contradictory? Sociologically untenable? The Copenhagen School Replies.** Review of International Studies, v. 23, p. 241-250, 1997.

CHAGAS, Debora Cristina Nascimento. **A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin.** Revista Vernáculo, n. 33, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37140> Acesso em: 11 abr 2021.

CHERP, Aleh; JEWELL, Jessica. **The concept of energy security: Beyond the four As.** *Energy policy*, v. 75, p. 415-421, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421514004960> Acesso em: 22 jul 2021

CLAES, Dag Harald. **Cooperation and conflict in oil and gas markets.** *The Handbook of Global Energy Policy*, p. 176-189, 2013.

COLIN, Roberto. **Rússia: O Ressurgimento da Grande Potência.** Florianópolis, Letras Brasileiras, 2007.

CONANT, Melvin A. & GOLD, Fern R. (1981). **A geopolítica energética.** Rio de Janeiro: Bibliex.

CORREA DUARTE, Samuel; SAGRILLO FIGUEIREDO, Cesar Alessandro. **Um balanço político do fim da URSS: crises e colapso.** *World Tensions/Tensões Mundiais*, v. 13, n. 25, 2017.

CORRÊA, Luiza Nunes. **A Rússia frente às pressões ocidentais no século XXI: os casos da Geórgia, da Ucrânia e da Síria.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/229744> Acesso em: 5 fev 2022.

CORRÊA, Luiza Nunes. **Política externa e de segurança da Rússia (2000-2016): uma análise dos governos Vladimir Putin e Dmitry Medvedev.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187586> Acesso em: 15 maio 2021.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Geopolítica e geoestratégia.** Nação e defesa, 2012.

DE MATTOS, GUILHERME HENRIQUE LIMA. **OS VINTE ANOS DA PARCERIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA: A COOPERAÇÃO POLÍTICA.** 6º Encontro ABRI, 2017. Disponível em:

http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498421158_ARQUIVO_ARTI_GOABRI2017_GUILHERMEMATTOS.pdf Acesso em: 3 jun 2021.

DE OLIVEIRA ALVARES, Ticianá; PADULA, Raphael. **A parceria sino-russa e a disputa pela Eurásia: imperativos geopolíticos e alianças conjunturais pelo controle do continente basilar.** *Geosul*, v. 35, n. 77, p. 196-222, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p196>> Acesso em: 8 mai 2021.

DUARTE, Geraldine MMB Rosas et al. **REALISMO CLÁSSICO VERSUS REALISMO ESTRUTURAL: NATUREZA HUMANA OU ESTRUTURA DO SISTEMA?** *E-Civitas*, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/93> Acesso em: 12 jun 2021.

DUQUE, Marina Guedes. **O papel de síntese da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional.** *Contexto Internacional*, v. 31, p. 459-501, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292009bu000300003> Acesso em: 22 jul 2021.

FERNANDES, Carla Patrício. **Segurança Energética: Para Quem? Por quem e De que Ameaças?** *Nação e Defesa*, 2019. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32164/3/FERNANDES_CarlaPatricio_Seguran%C3%A7a%20energ%C3%A9tica_ND_153_p_73-100.pdf Acesso em: 20 mar 2021.

FERRARI, Aldo; TAFURO AMBROSETTI, Eleonora. **Russia and China: anatomy of a partnership.** Ledizioni-LediPublishing, 2019.

FERREIRA, Leticia Figueiredo. **A Geopolítica da Europa Centro-Oriental: Potencialidades e Limitações do Grupo de Visegrado frente à Competição Russo-Germânica.** *Revista de Geopolítica*, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/319> Acesso em: 2 jul 2021.

FIORI, José Luis. **O papel do petróleo e do gás no passado e futuro estratégico da Rússia.** 2017. Disponível em: <https://ineep.org.br/o-papel-do-petroleo-e-do-gas-no-passado-e-futuro-estrategico-da-russia/> Acesso em: 25 jan 2022

Foreign Policy Concept. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, 2000. Disponível em: <<https://www.mid.ru/en/>> Acesso em: 15 nov 2021.

FREIRE, Maria Raquel. **A evolução da política externa da Rússia**. A política externa russa no espaço euro-atlântico: dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado, p. 29-56, 2014.

FREIRE, Maria Raquel. **Confluência na Ásia?** As relações Rússia-China. *Relações Internacionais*, n. 38, p. 95-104, 2013. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a08.pdf Acesso em: 5 mar 2021.

FREIRE, Maria Raquel. **Política externa: as relações internacionais em mudança**, 2ª edição. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

FUNAG (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO). **Maiores Economias do Mundo** (PIB em trilhões de US\$ - 2012-2019 – ordem decrescente de 2013). Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/01-Maiores_Economias_do_Mundo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021

GABUEV, Alexander. **“SOFT ALLIANCE”?: RUSSIA-CHINA RELATIONS AFTER THE UKRAINE CRISIS**. 2015.

GAMALHO, Andrei Palagi. **Entre asserção e equilíbrio**: uma análise sobre a política externa russa na era Putin entre 1999 e 2019. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2829/1/Andrei%20Palagi%20Gamalho.pdf> Acesso em: 13 ago 2021.

GARCIA, Camila Lumertz. **A influência dos recursos energéticos russos nas suas relações exteriores contemporâneas com a Europa**. 2010.

GHEORGHE, Adrian V.; MURESAN, Liviu (Ed.). **Energy security: International and local issues, theoretical perspectives, and critical energy infrastructures**. Springer Science & Business Media, 2011.

HAINES, A. F.; BRANDALISE, A. G. **Política energética da Rússia**: efeitos na

inserção internacional do país. *ufrgs/fce/deri*, 1-18. 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2018/01/TD01_brandalise_haines.pdf

Acesso em: 10 jun 2021.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

KLARE, Michael T. **Hard power, soft power, and energy power**. Foreign Affairs, 2015.

KUCHINS, A. **Russia and China: the ambivalent embrace**. Current History, v. 106, n. 702, p. 321-327, Oct. 2007.

LAZZARI, Tiago Colombo. **A política externa russa do início do século XXI: tendências e perspectivas**. Conjuntura Austral, v. 2, n. 3-4, p. 59-78, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/18214> Acesso em: 15 mar 2021.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

LEITE, Alexandre César Cunha; DE LUCENA, Arthur Mastroiani Maximo; NOBRE, Fábio. **Reascensão da política de segurança russa na Ásia Central por meio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX): Reaffirming of the Russian security policy in Central Asia through the Shanghai Cooperation Organization (SCO)**. Brazilian Journal of International Relations, v. 7, n. 3, p. 667-691, 2018. Disponível em: < <http://orcid.org/0000-0002-0209-2717>> Acesso em: 17 mar 2021.

LEMOS, José Késsio Floro. **Rússia: os limites da arma energética no espaço pós-soviético (2000-2014)**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

LO, Bobo. **Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy**. Blackwell Publishing Ltd;, 2003.

LORENTZ, Luísa Acauan; GODWARD, Marina; RODRIGUEZ, Vitória Gonzalez. **O Mercado de Gás Natural e a Geopolítica Russa**. Revista Novas Fronteiras, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em:

<http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/viewFile/78/63> Acesso em: 15 out 2021.

LUKIN, Alexander. **China and Russia: The New Rapprochement**. Polity Press, Cambridge, UK, 2018.

LUKIN, Artyom. **China in Russia's Turn to the East**. 2019.

MANUEL, Héric Sequeira Ramos. **A reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14725> Acesso em: 15 mar 2021.

MARKOV. Serguei. **“Rússia na mais importante etapa política das eleições parlamentares de 2007 e presidenciais de 2008”** in Seminário de Rússia-Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2ª.: Rio de Janeiro, 2007): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Rússia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, pp. 21-47.

MCFAUL, Michael. **Putin, Putinism, and the domestic determinants of Russian Foreign policy**. *International Security*, v. 45, n. 2, p. 95-139, 2020. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article-abstract/45/2/95/95260/Putin-Putinism-and-the-Domestic-Determinants-of> Acesso em: 8 jan 2022.

MILLER, Chris. **Understanding Russian Foreign Policy**. *Orbis*, v. 63, n. 1, p. 150-153, 2019. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/fletcherrussia/files/2019/01/Chris-Miller-Understanding-Russian-Foreign-Policy.pdf> Acesso em: 8 jan 2022.

Ministério de Energia da Federação Russa. **Energy Strategy of Russian for the Period Up to 2030**. Moscow, 2010.

MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (Ed.). **Russia-China Relations: current state, alternative futures, and implications for the West**. Ulkopoliittinen Inst., 2011.

NASCIMENTO, Flavio Augusto Lira. **A limitação à cooperação securitária sino-russa na Ásia Central devido ao não gerenciamento conjunto do fluxo local de**

hidrocarbonetos por Moscou e Pequim. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-07052015-104230/pt-br.php> Acesso em: 01 fev 2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais.** Elsevier, 2005.

NORLING, N. **China and Russia: partners with tensions.** Policy Perspectives, v. 4, n. 1, p. 33-48, 2007.

NOZAKI, William Vella; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; MARTINS, Aline Regina Alves. **A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica e Geoeconomia das Relações Sino-Russas.** Brasília: Ipea, 2011.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética.** 2012. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222> Acesso em: 26 set 2021.

OLIYNYK, Vira et al. **A Rússia um ator indispensável na geopolítica mundial.** 2019. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Lisboa, 2019. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/10211/1/Tese_Final_Vira_Oliynyk.pdf Acesso em: 20 mar 2021.

PAUTASSO, Diego. **FROM CONTAINMENT POLICY TO REEMERGENCE: RUSSIA IS BACK ON THE CHESSBOARD.** AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 3, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/view/51284> Acesso em: 8 jan 2022.

PAUTASSO, Diego; MARIOTTO JUBRAN, Bruno. **A «VIRADA PARA O LESTE» NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA E A INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO**

ENERGÉTICA SINO-RUSSA. Relações Internacionais, n. 61, 2019. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art07_DPBMJ.pdf

Acesso em: 10 mar 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional** - Brasília: FUNAG, 2012.

PINTO, Danielle Jacon Ayres; DOS SANTOS BRAVO, Juliano. **O REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA REALISM IN INTERNATIONAL RELATIONS: A LITERATURE REVIEW.** Revista de Estudos Internacionais (REI), v. 7, n. 2, p. 2016. Disponível em: <https://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/303>

Acesso em: 11 mar 2021.

PORTILLO, Juande. **Quais São As Maiores Economias Do Mundo?** El País. 10 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/economia/1539180659_703785.ht

Acesso em: 17 maio 2021.

PUTIN, Vladimir. **Russia and the Changing World**, 2012, disponível em <https://www.ruskiymir.ru/en/publications/139698/>

REIS, Daniel Arão. **A Rússia e os desafios da hora presente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ROMANO, G. S. **A economia política do gás e do petróleo: a experiência russa.** Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1474).

ROMANO, Giorigio Schutte. **A economia política do gás e do petróleo: a experiência russa.** Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1474).

RUSSIA FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 30 Nov 2016, Russian: 'Kontseptsiya natsional, 2016. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/1538901/ Acesso em: 10 nov 2021.

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 20 may, Russian: 'Kontseptsiya

natsional', 2013. Disponível em: https://www.mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/1737121/ Acesso em: 10 nov 2021.

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 28 June, Russian: 'Kontsepsiya natsional', 2000. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm> Acesso em: 10 nov 2021.

SAKWA, Richard. **Russian politics and society**. London: Routledge, 4th ed, 2008.

SANGALLI, Lucas Cé. **Pensando em sistemas**: abordagens do sistema internacional. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/28371> Acesso em: 03 set 2021.

SARAIVA, Fernando Petry. **Do new thinking ao pragmatismo ocidental**: continuidade e mudança na política externa Russa pós-soviética. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21475> Acesso em: 20 mar 2021.

SCHUTTE, Giorgio; DEBONE, Victor Sant'Anna. **Parceria China e Rússia**: bases reais para superar desconfiança histórica. **Carta Internacional**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v15n2.2020.991>> Acesso em: 20 out 2021.

SEGRILLO, Angelo. **A DIARQUIA PUTIN-MEDVEDEV: DIMENSÕES DA POLÍTICA INTERNA E DA POLÍTICA EXTERNA**. Brasília: Ipea, 2011.

SEGRILLO, Angelo. **A Nova Rússia**: balanços e desafios. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin**: A saga da Rússia do socialismo ao capitalismo. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SEGRILLO, Angelo. **RECONSTRUINDO A “RECONSTRUÇÃO”**: uma análise das

principais causas da Perestroika soviética. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. Disponível em: <http://www.usp.br/lea/arquivos/angelosegrillotesededoutorado.pdf> Acesso em: 13 ago 2021.

SEGRILLO, Angelo. **Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas: elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual.** 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SELIS, Lara Martim Rodrigues. **Deslimites da razão:** um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz. 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9751> Acesso em: 13 mar 2021.

SHEVTSOVA, L. **Putin's Russia Carnegie Endowment for International Peace.** Washington, DC, 2005.

SILVA, Leandro Pignatari. **A Vitória do Realismo Defensivo na Nova Doutrina de Política Externa Russa.** Revista InterAção, v. 1, n. 1, p. 148-158, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12702> Acesso em: 20 jul 2021.

SKVORTSOV, Artur. **Segurança Energética da Rússia Recursos Energéticos como Instrumento da Política Externa de Moscovo e as Consequências da Crise da Ucrânia.** 2020. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/20430> Acesso em: 20 jul 2021

SOVACOOOL, Benjamin K.; BROWN, Marilyn A. **Competing dimensions of energy security: an international perspective.** Annual Review of Environment and Resources, v. 35, p. 77-108, 2010.

SWANSTRÖM, Niklas. **Traditional and Non-Traditional Security Threats in Central Asia: Connecting the New and the Old.** In: China & Eurasia Forum Quarterly. 2010. Disponível em: <https://isdpeu/publication/traditional-non-traditional-security-threats-central-asia-connecting-new-old/> Acesso em: 10 jun 2021.

TANNO, Grace. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em: 20 jul 2021.

TOMASSONI, Franco. **A política externa da Federação Russa**: recursos energéticos como vetor, Gazprom como instrumento. **Geosul**, v. 28, n. 56, p. 7-32, 2013.

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2013v28n56p7> Acesso em: 5 abr 2021.

TSYGANKOK, Andrei P. **Russia's foreign policy**: change and continuity in national identity. Fourth Edition. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's foreign policy**: change and continuity in national identity. Rowman & Littlefield, 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, Inc., 1979.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado ea guerra**. Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Structural realism after the Cold War**. International Security, v.25, n.1, 2000.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

WHEELER, Nicholas. **The logic of anarchy**: neorealism to structural realism. 1993.

YENIKEYEFF, Shamil Midkhatovich. **The G8 and Russia**: Security of Supply vs. Security of Demand. Oxford Energy Comment, The Oxford Institute for Energy Studies., v. 20, p. 2019, 2006. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/publications/the-g8-and-russia-security-of-supply-vs-security-of-demand/> Acesso em: 10 jun 2021.

YERGIN, Daniel. **Ensuring energy security**. Foreign affairs, p. 69-82, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20031912> Acesso em: 5 abr 2021.

YERGIN, Daniel. **The Quest: Energy, Security, and The Remaking of the Modern World**, New York, The Penguin Press, 2011.

ZASLÁVSKAIA, Tatiana I. **Estrutura social da sociedade russa contemporânea**. Estudos Avançados, v. 10, n. 28, p. 55-82, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/W5BWJ4xQG97xM8XKbLZngcP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 set 2021.

ZHEBIT, Alexander. **Desafios estratégicos para a Rússia**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 20, n. 43, p. 37-71, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.47240/revistadaesq.v20i43.357> Acesso em: 13 set 2021.